

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JÉSSICA THAÍS DE OLIVEIRA
BASSOLI

**A Igreja Católica e o I governo de Getúlio Vargas: um estudo sobre
a Arquidiocese de São Paulo**

São
Paulo
2023

JÉSSICA THAÍS DE OLIVEIRA
BASSOLI

**A Igreja Católica e o I governo de Getúlio Vargas: um estudo sobre
a Arquidiocese de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Francisco
Carlos Palomanes Martinho

São Paulo
2023

BASSOLI, Jéssica Thaís de Oliveira. A Igreja Católica e o I governo de Getúlio Vargas: um estudo sobre a Arquidiocese de São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Resumo

Este trabalho discute a relação do governo de Getúlio Vargas com a Igreja Católica, que é vasta. O estudo tem como base o desenvolvimento do corporativismo observado nas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e da *Quadragesimo Anno* (1931), e a análise de sua recepção na Arquidiocese de São Paulo. Através do jornal católico “O Legionário” sob a direção de Plínio Corrêa, têm-se meios de compreender as relações da Igreja Católica com a população brasileira em São Paulo, inclusive com os trabalhadores. O jornal seguia tratando de diversos assuntos importantes e de forma mais direta com os fiéis, como por exemplo: a ação católica, o ensino religioso e o trabalhismo, de modo que a inserção de novos fiéis estivesse em uma ótica principal da Arquidiocese de São Paulo.

Palavras chaves: História do Brasil; Igreja Católica; Arquidiocese; jornal.

This paper discusses the relationship between the government of Getúlio Vargas and the Catholic Church, which is vast. The study is based on the development of corporatism observed in the papal encyclicals *Rerum Novarum* (1891) and *Quadragesimo Anno* (1931), and the analysis of its reception in the Archdiocese of São Paulo. Through the Catholic newspaper “O Legionário” under the direction of Plínio Corrêa, we have means to understand the relations of the Catholic Church with the Brazilian population in São Paulo, including the workers. The newspaper continued to deal with several important subjects more directly with the faithful, such as: Catholic action, religious teaching and laborism, so that the insertion of new faithful was in a main perspective of the Archdiocese of São Paulo.

Keywords: History of Brazil; Catholic Church; Archdiocese; newspaper.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, sem Ele nada seria possível.

Ao meu estimado orientador, Professor Doutor Francisco Martinho, agradeço por acreditar em mim, por todo apoio, paciência e atenção.

A USP – Universidade de São Paulo, por me acolher tão bem. Nela encontrei todo o respaldo necessário para a minha construção como pesquisadora.

Ao Grupo de Pesquisa Vargas, por cada congresso, cada troca e conversa. Um dos melhores acontecimentos da minha escolha de ser pesquisadora, foi a de entrar neste grupo.

Ao Arquivo Metropolitano de São Paulo, por toda a disponibilidade sempre que foi necessário a realização das pesquisas, especificamente ao Jair, que me apresentou o jornal *O Legionário*.

A meu marido e companheiro, Caique Bassoli. Não tenho palavras para agradecer a você! Cada conversa, acolhimento e leitura do meu trabalho. Escrever é um processo solitário e você deixou tudo mais leve.

A minha mãe, meu pai e a minha família. Mesmo sem entender direito meu trabalho, vocês me apoiaram e vibraram por mim.

A minha amiga Aluana Chavegatto, que sempre me escutou, ajudou em correções e perguntava sobre minha pesquisa diariamente.

As minhas amigas: Jennifer, Roberta, Juliana, Daiara, Pamela e Ariane. Cada uma de vocês tem um lugar especial para a construção da minha pesquisa. Obrigada!

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Tabela da ação católica nas paróquias paulistas, segundo o Legionário	31
Figura 2 – Capa do Legionário de número 77 sobre o ensino religioso	41
Figura 3 – Esquema do funcionamento do Estado Novo	62
Figura 4 – Operários na Igreja do Ipiranga	65

Sumário

Introdução	1
1. Capítulo 1 – As Encíclicas papais	5
1.1. A Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	5
1.1.1. O contexto do conflito	5
1.1.2. A propriedade particular	7
1.1.3. A Igreja Católica e a questão social	8
1.1.4. Os ensinamentos cristãos como a solução	10
1.1.5. O Estado	11
1.1.6. Os ensinamentos cristãos como a solução	12
1.1.7. A importância do salário	13
1.1.8. As corporações	14
1.1.9. A caridade	15
1.2. A Encíclica <i>Quadragesimo Anno</i>	16
1.2.1. O intuito da encíclica e a retomada das motivações da <i>Rerum Novarum</i>	16
1.2.2. Os benefícios da <i>Rerum Novarum</i>	17
1.2.3. A autoridade da Igreja na questão social e econômica	19
1.2.4. As mudanças econômicas desde a Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	22
1.2.5. A evolução do socialismo desde a Encíclica <i>Rerum Novarum</i>	23
1.2.6. A restauração social através da reforma dos costumes	24
2. Capítulo 2 – A Ação Católica no Brasil e seus métodos de intervenção	26
2.1. O movimento da Ação Católica	29
2.1.1. A Ação Católica e seus desdobramentos	32
2.1.2. A ação católica: grupos e indivíduos	37
2.2. A Ação Católica e o ensino religioso	39
2.2.1. O decreto de número 19941: o ensino religioso	40
2.2.2. O decreto de número 19941 é revogado	43
3. Capítulo 3 – O Corporativismo e a organização do trabalho	47
3.1. O Corporativismo	50
3.1.1. O Corporativismo no <i>Legionário</i>	51
3.2. O trabalho no <i>Legionário</i>	56
3.2.1. A Igreja Católica e a política no governo Vargas	57
3.2.2. A Ação Católica no trabalho brasileiro	64

3.2.3. O sindicalismo no <i>Legionário</i>	66
Considerações finais	70
Fontes primárias	73
Referências bibliográficas	76

Introdução

A Igreja Católica no Brasil como instituição relaciona-se com o Governo de Getúlio Vargas desde a sua tomada de poder em 1930. Em seu artigo, *O episcopado brasileiro frente à revolução de 30*, Riolando Azzi discorre sobre a resolução de Vargas em criar uma nova ordem política e social, na qual à Igreja caberia um novo papel em seu todo, diferente da Primeira República:

“É interessante notar que os bispos atribuíam a maioria dos fracassos e insucessos da Igreja durante a República Velha¹ ao Estatuto jurídico da nação. Acreditavam, portanto, que, uma vez nos dada a ordem jurídica, o catolicismo entraria necessariamente num período de expansão e pujança.”²

E por Igreja Católica, Azzi, em seu texto, se refere a um grupo específico, os clérigos docentes, que se auto referiam como os verdadeiros intérpretes do povo católico. O episcopado tem o intuito de alcançar seus objetivos de relacionar-se com o governo estabelecido de Getúlio Vargas e de difundir a doutrina católica reformada no Brasil:

“Em primeiro lugar, gestos que evidenciassem o poder ascendente da Igreja Católica no Brasil, obrigando assim o governo a reconhecer. Nesse sentido, houve atitudes pessoais, como as demonstrações de entendimento entre o cardeal Leme e o presidente Vargas, como também manifestações coletivas, como a visita da Virgem Aparecida ao Rio de Janeiro, a inauguração da estátua de Cristo Redentor no Corcovado e a celebração do primeiro Congresso Eucarístico Nacional da Bahia.

Em segundo lugar, os gestos foram fortalecidos por palavras. Houve assim uma série de pronunciamentos, tanto em discursos como em cartas pastorais, visando definir bem a posição da Igreja diante da nova República.”³

Durante a Primeira República (1889 – 1930) no Brasil se estabelece um liberalismo oligárquico que, segundo Maria Efigênia Lage de Resende, corresponde a um: “sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria dos processos de participação política.”⁴ Em um Brasil, recém republicano, que havia acabado de promover a abolição da

1 O termo “República Velha” foi utilizado pelo autor.

2 AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930*. Síntese – v. 5, número 12, Rio de Janeiro, p. 47 – 78, 1978. p. 48

3 Ibid, p. 50

4 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge (Org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.), *O Brasil Republicano: O tempo*

escavidão a política brasileira floresce de forma intrínseca com a economia. A respeito deste contexto Resende em seu artigo:

“O compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente.”⁵

Políticas essas estabelecidas de acordo com a economia agroexportadora que era vigente no Brasil. Durante a Primeira República os setores cafeeiros eram hegemônicos em relação ao regime estabelecido por Campos Sales, como Gomes pontua acerca da proposta do republicanismo civil e liberal: “... tratava-se de construir uma República liberal excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termo de política financeira.”⁶

Dentro desse contexto agrário exportador brasileiro dá-se a formação de uma classe trabalhadora operária no Brasil durante a Primeira República que, em comparação com os trabalhadores do campo ainda muito reduzida. Gomes ressalta que:

“Contudo, se no período que vai de 1892 a 1904 o movimento de organização de classe trabalhadora passou a ser considerado com desconfiança e começou mesmo a ser francamente reprimida pelas autoridades públicas, ele ganhou uma visibilidade bem maior e um princípio de reconhecimento por parte da sociedade mais ampla.”⁷

Gomes discute sobre o estabelecimento de jornais operários, congressos operários e toda a movimentação operária durante a Primeira República. Além de perpassar a luta dos operários por uma busca de espaço político na Primeira República, e assinala que:

“... as ações desencadeadas pelos trabalhadores não foram focos de tensão política para o regime. Embora se reconheça que no início do século tenha ocorrido um lento, mas gradual crescimento do associativismo e mesmo das reações grevistas, o ponto destacado é que o contingente de trabalhadores mobilizado era muito pequeno e inexpressivo econômica e politicamente. Paralelamente, ressalta-se que as duas primeiras décadas republicanas constituíram um período particularmente violento para a capital federal. Os

do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 91.

5 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*, In: FERREIRA, Jorge (Org.); DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.), *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008, p. 117.

6 GOMES, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005, p. 56.

7 *Ibid*, p. 57.

movimentos sociais que agitaram a cidade foram, contudo, espontâneos e de caráter policlassista.”⁸

O intuito da Igreja Católica de buscar autonomia em suas atividades clericais e de atuação perante a população brasileira alcançou realização na Primeira República brasileira instaurada em 1889. Neste contexto, a Igreja conquista certa liberdade de ação em seus interesses sem estar ligada ao Estado, mas mantém-se atenta em assuntos ideológicos e políticos e procura assegurar seu poder, com ênfase em uma reestruturação perante os fiéis

A ideia de trabalho aparece originalmente na encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* de 1891 e a do Papa Pio XI, a *Quadragesimo Anno* de 1931. Segundo a *Rerum Novarum*, o trabalhador deve ter dignidade no trabalho, não deve ter vergonha de trabalhar – afinal o trabalho é uma virtude – e seus méritos levam a eterna felicidade, o que assinala o trabalho como a única riqueza nacional. Na *Quadragesimo Anno* Pio XI reforça o que foi afirmado na *Rerum Novarum* e expõe como lei natural a ordem na aplicação dos bens naturais.

A ideia de trabalho na Igreja Católica, segundo Jessie Jane Vieira de Souza, surge como combate ao pecado original, levando ao aperfeiçoamento do homem, sendo lugar de vivência de fé.⁹ E Gomes pontua que a valorização e o estabelecimento do papel e do lugar do trabalhador nacional é elaborado e intensificado durante o governo de Vargas:

“O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riquezas e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.”¹⁰

A ideia de questão social aparece na *Rerum Novarum* e é revitalizada na *Quadragesimo Anno* e, segundo Gomes¹¹, o Estado enfrentava a questão social como um problema de todos os homens e de todas as classes.

O estudo da relação estabelecida entre a Igreja Católica no Brasil e o I Governo Vargas até 1945 através da ideia de trabalho, dos direitos trabalhistas e do corporativismo estão

8 Ibid, p. 9.

9 SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002

10 GOMES, Angela de Castro, *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. in PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. p. 55, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 55.

11 GOMES, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005., p. 257

expostas, procurando investigar suas continuidades e descontinuidades. Para, então, ser analisado com o intuito de verificar a recepção na Arquidiocese de São Paulo.

A relação do I regime de Vargas com a Igreja Católica pode ser estudada através de vários aspectos. A força que os meios de comunicação estabelecem na população é palpável, principalmente em instituições políticas e religiosas, já que a doutrina de tal pode ser exposta através de algum meio. O estudo dos jornais, principalmente na Era Vargas (1930-1945) é recorrente, entretanto, o estudo do periódico católico, O *Legionário* tem um diferencial estabelecido em São Paulo.

O periódico em questão foi fundado em 1927, em São Paulo, inicialmente como um jornal da Paróquia de Santa Cecília, como órgão da Congregação Mariana da legião de São Pedro, tendo como diretor o Monsenhor Marcondes Pedrosa. Mas é a partir de 1933, com a entrada de Plínio Corrêa como diretor, que a influência do jornal toma outras proporções, alcançando multidões de fiéis.

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em 13 de dezembro de 1908 e morreu em 03 de outubro de 1995, em São Paulo. O paulista foi fundador da TFP – Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade, fundada em 1960 tendo Plínio como seu líder e expoente, ligado com sua trajetória como membro da Congregação Mariana de Santa Cecília e de sua direção do *Legionário*.

Capítulo 1: As encíclicas papais

O respaldo de restauração da Igreja Católica no Brasil na época do Governo de Getúlio Vargas compreende duas encíclicas papais: a encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum* de 1891 e a do Papa Pio XI, *Quadragesimo Anno* de 1931. Ambas as encíclicas tratam sobre a questão social e é a primeira vez que a Igreja Católica apresenta uma proposta de solução a respeito da situação dos operários à época e sobre as mudanças que o mundo lidava: a ascensão do socialismo e a decadência do liberalismo. A obra de Deivison Gonçalves Amaral corrobora essa ideia: “A publicação de Leão XIII representou o primeiro reconhecimento de uma questão moderna pela Igreja Católica, que assumiu a questão social como um problema decorrente do capitalismo e apontou soluções de enfrentamento.”¹²

Amaral em sua tese de doutorado define o que seria “questão social”. O autor escreve que no capitalismo pós-revolução industrial do século XVIII o problema social referente aos trabalhadores tornou-se preocupante inclusive para o capitalismo. A exploração do trabalhador, colocada em pauta por pensadores do século XIX, seria resolvida por dois modos: através da revolução ou por uma promoção de “reformas que amenizassem a exploração predatória e a distribuição mais justa das riquezas. O pensamento social cristão pertence a esse segundo grupo.”¹³ O autor afirma que o termo “questão social” começou, então, a ser utilizado com veemência pelos pensadores cristãos.

A encíclica *Rerum Novarum*, como base da formação de pensamentos e influência católica no Brasil, se reflete nas ações de Vargas frente a relação com o liberalismo e comunismo – principalmente como forma de controle estatal acerca dos operários através dos sindicatos. Sendo assim, a necessidade de expor os pontos principais da encíclica *Rerum Novarum* e da encíclica *Quadragesimo Anno* respalda-se na ideia de demonstrar o pensamento da Igreja Católica acerca do trabalho e da questão social, pontos chaves do governo de Getúlio Vargas.

1.1.A encíclica *Rerum Novarum*

1.1.1. O contexto do conflito

12 AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 25.

13 Ibid, p. 20

Em 1891, o papa Leão XIII redige a encíclica *Rerum Novarum* para dar voz a posição e a orientação da Igreja Católica frente a um contexto mundial de conflito, que segundo a encíclica define da seguinte forma:

“Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito.”¹⁴

De acordo com a encíclica, em uma situação de conflito como a especificada acima, é necessário a todos vir ao encontro e ao auxílio dos homens das classes inferiores “...atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida.”¹⁵. A situação de conflito aprofunda-se pela falta de proteção aos trabalhadores devido ao fim das corporações antigas, intensificado pelos trabalhadores estarem “...entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada.”¹⁶

A Igreja Católica já havia tratado acerca da condição dos operários em outras encíclicas¹⁷, na maioria das vezes apenas as expondo. Na encíclica *Rerum Novarum* ocorre a explicação da necessidade de intervenção da Igreja nessa questão:

“Já temos tocado está matéria muitas vezes, quando se nos tem proporcionado o ensejo; mas a consciência do nosso cargo apostólico impõe-nos como um dever tratar nessa Encíclica mais explicitamente e com maior desenvolvimento, a fim de pôr em evidência os princípios duma solução, conforme à justiça e à equidade.”¹⁸

No conflito esboçado na encíclica a solução socialista se fortalece e desenvolve a ideia de que “...toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum

14 IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p.9

15 Ibid, p.10

16 Ibid, p.10

17 Segundo Amaral, em 1832 a encíclica *Mirari Vos* do papa Gregório XVI faz uma crítica ao liberalismo. Em 1864 a encíclica *Quanta Cura* e a encíclica adendo *Syllabus Errorum* do papa Pio IX surgem com uma crítica mais forte ao liberalismo, ao comunismo e aponta os erros da sociedade moderna.

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015, pgs. 20-22.

18 PAPA Leão XIII. *op. cit.* p. 10

indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado.”¹⁹

Após a explicação sobre a solução socialista, críticas são expostas na encíclica. A ênfase dessas críticas gira em torno de que, colocando-se em prática a solução socialista, o operário seria prejudicado, além de que seriam violados os direitos legítimos dos proprietários.

1.1.2. A propriedade particular

A ideia de que a encíclica busca passar é de que o trabalhador deve enxergar no trabalho o meio e o fim para a conquista de algum bem que possuirá e lhe pertencerá, afinal:

“...se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa provar ao seu sustento e às necessidades da via, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender.”²⁰

Angela de Castro Gomes em seu livro *A invenção do trabalhismo* discorre sobre a nova política de Vargas inserida no seu governo pós 1942, que tratava da organização sindical corporativista do Estado brasileiro. Segundo Gomes “O trabalhador era uma pessoa que se realizava pelo e no trabalho e através dele se relacionava com os outros homens e com o Estado.”²¹

O trabalho seria, então, parte constituinte da cidadania operária. Logo, a conquista de algum bem – no caso a propriedade – consistiria em parte da vida do operário, uma crítica direta ao projeto socialista acerca da propriedade privada. A encíclica diz que ao contrário do resultado do bem-estar do operário a situação se tornaria pior no modo socialista, já que este retira do trabalhador a oportunidade de poder, por ele mesmo, melhorar a sua situação.

Além disso a encíclica discorre sobre a terra ser direito natural do homem: “... a propriedade particular e pessoal é para o homem, de direito natural.”²² Segundo a Encíclica, o homem detém a razão e a inteligência, com a capacidade de usar e possuir as coisas exteriores a si mesmo.

19 Ibid, p. 11

20 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 12

21 GOMES, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005, p. 257.

22 PAPA Leão XIII. *op. cit.* p. 12

O trabalhador sem o domínio da terra em sua totalidade não gozaria do fruto do trabalho. A encíclica afirma o poder do homem de dominar a terra, já que é de seu direito natural obtê-la para si, situação anterior à existência do Estado:

“E não se apele para a providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência. Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo gênero humano para a gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos.”²³

Amaral reafirma a posição do Estado perante a propriedade privada: “É nesse aspecto que um dos papéis do Estado, segundo a encíclica, fica claro: garantir a função social da propriedade privada.”²⁴

O homem, de acordo com o que é dito pela Igreja, possui o direito à propriedade. A encíclica coloca o homem como chefe de família, que tem como dever alimentar e sustentar seus filhos e construir uma herança para eles. E, segundo a encíclica: “Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto.”²⁵ Situação que ocorre de forma “nefasta” pelas mãos dos socialistas, que substituem a providência paterna pela do Estado, algo contra a natureza.

Em vias de resumir o ponto de vista da Igreja Católica acerca da relação do comunismo com a propriedade privada, a encíclica diz:

“Por tudo o que nós acabamos de dizer, compreende-se que a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública.”²⁶

1.1.3. A Igreja Católica e a Questão Social

Quanto ao intuito da encíclica de apresentar uma solução acerca da problemática da questão social, a única solução para o conflito está na religião e na Igreja Católica, através dos

23 Ibid, p. 14

24 AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 31

25 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 18

26 Ibid, p. 19

esforços de todos os envolvidos na situação, tanto o patrão quanto o operário. Há a necessidade de entendimento do leitor de que “... é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível.”²⁷ A natureza estabelece as diferenças que originam a desigualdade entre os homens. Situação que encaixa na vida social dos homens, na qual cada um possui sua função para exercer.

Segundo a encíclica o homem, mesmo quando estava em seu estado de inocência, ou seja, não havia despertado para a vida em sociedade, não fora destinado para viver na ociosidade e sim através do trabalho. Sendo necessária a existência da concórdia entre as classes, que não devem ser inimigas e é dever da Igreja de regular essa relação: “E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.”²⁸

A regulação dos papéis referente aos pobres e aos operários e aos ricos e aos patrões é exposta na encíclica. Faz parte da construção da resolução católica acerca da questão social essa exposição. No que tange aos pobres e aos operários a encíclica aponta ser dever destes fornecer seu trabalho de forma fiel e livre, não lesar o seu patrão nem seus bens e nem sua pessoa, e em suas reivindicações não deve usar de violência e deve fugir de discursos que lhe deem vagas esperanças, já que lhe conduzem a ruína.

No que tange aos ricos e aos patrões, estes não devem tratar o operário como escravo e devem respeitá-lo – sendo vergonhoso usar o homem para o lucro – já que devem ser considerados os interesses espirituais assim como a alma do operário, não lhes impondo trabalhos fora do da idade e do sexo referente ao operário e sendo estritamente necessário estabelecer um salário digno. O intuito da Igreja é de propor “...um corpo de preceitos mais completos, porque ambiciona estreitar a união das duas classes até as unir uma à outra por laços de verdadeira amizade.”²⁹

Jessie Jane Vieira de Souza promove uma discussão sobre a relação da Igreja Católica com o termo classe em seu livro “Círculos Operários – a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil.” A Igreja, segundo Souza, não acredita na ideia de luta de classes e procura transformar o conceito:

27 Ibid, p. 20

28 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 22

29 Ibid, p. 24

“... nos textos da Igreja de Roma, o conceito de classe se confunde com o de corporação, e é sempre usado para designar qualquer tipo de trabalhador, alternando-se, por sua vez, com o conceito de classes produtoras. O catolicismo social, porém, tentou dar um novo significado ao conceito de classe, conferindo-lhe o sentido de classe trabalhadora que se constitui a partir do ato de produzir, de trabalhar. Pretendeu, com isto, criar uma nova identidade, mediante uma releitura dos valores e tradições católicos, que consideram todos os homens iguais perante Deus, sendo por Sua vontade que esses mesmos homens são patrões ou operários”³⁰

Souza destaca que a Igreja Católica, com o papa Leão XIII, procurou trazer o catolicismo para o mundo moderno de uma forma que a Igreja fizesse parte da sociedade como uma força viva,³¹ através de atitudes que demonstrassem o interesse de participação da Igreja:

“Arquitetava, por meio do poder extraordinário da estrutura hierárquica da Igreja Católica e de sua inserção nos movimentos sociais, transfigurar o presente e o passado, propondo um projeto de transformação social que se legitimasse perante a sociedade como a verdadeira modernidade. Reafirmava, deixando claro que o discurso oficial sempre deveria ser aceito, pois trazia em si a presença de Deus”³²

1.1.4. Os ensinamentos cristãos como a solução

A relação estabelecida entre operários e patrões se consagra baseada nos princípios cristãos. Sendo assim, o homem que tem em mente que a importância das coisas humanas está no seu uso e não no acúmulo, deve compreender que:

“... os afortunados deste mundo são advertidos de que as riquezas não os isentam da dor; que elas não são de nenhuma utilidade para a vida eterna, mas antes um obstáculo (Mt 19,23-24); que eles devem temer diante das ameaças severas que Jesus Cristo profere contra os ricos (Lc 6,24-25); que, enfim, virá um dia em que deverão prestar a Deus, seu juiz, rigorosíssimas contas do uso que tiverem feito de sua fortuna.”³³

O uso das riquezas obtidas pelos homens está ligado ao senso e ao dever de caridade cristã em que, ao ter o suficiente à necessidade, dá-se aos pobres o que existe de supérfluo: “Quem quer que tenha recebido da dívida bondade maior abundância, quer de bens externos e

30 SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002, p. 37

31 Ibid, p. 47

32 SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002, pgs. 47 e 48.

33 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 25

do corpo, quer de bens do espírito, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao alívio dos outros.”³⁴

É a partir da dignidade do trabalho, da obtenção da capacidade de possuir virtudes, que a eterna felicidade virá como recompensa; assim ambas as classes discutidas na encíclica, sem o orgulho e através dos preceitos do cristianismo, com base no amor e na fraternidade se unirão, afinal, possuem um pai em comum: Deus.

A Igreja afirma que a obtenção da resolução está nos ensinamentos cristãos, porém não procura indicar o caminho e sim “... dedica-se totalmente a instruir e a educar os homens segundo os seus princípios a sua doutrina...”³⁵ Situação de orientação intensificada por somente a Igreja possuir a virtude da caridade.

1.1.5. O Estado

A utilização dos meios que vem das mãos humanas que estejam ligados a questão colocada em pauta é permissível, desde que desenvolvido com harmonia, afinal a justiça social e a harmonia andam juntas tanto na doutrina católica quanto no varguismo, logo uma ação comum entre Igreja e Estado se faz necessária. Sobre o Estado, a encíclica discorre:

“Ora, que parte de ação e de remédio temos nós o direito de esperar do Estado? Antes de tudo, devemos dizer que por estado entendemos aqui, não um governo estabelecido num determinado povo em particular, mas todo governo que corresponde aos preceitos da razão natural e aos ensinamentos divinos...”³⁶

O Estado organiza uma nação próspera, segundo a encíclica com “...as famílias fundadas sobre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça...”³⁷, sendo todos os participantes da nação – ricos e pobres – cidadãos. E, o dever majoritário do Estado “...consiste em cuidar igualmente de todas as classes de cidadãos.”³⁸

O interesse de todos quando se trata à salvação, segundo a encíclica, é o mesmo: de ordem e paz, do princípio da lei natural vigorar, de respeitar e honrar a religião e que nenhuma classe oprima a outra. Cabendo ao Estado:

34 Ibid, p. 27

35 Ibid, p. 29

36 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 33

37 Ibid, p. 34

38 Ibid, p. 35

“Os direitos, que lhes são devidos, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou punindo a sua violação. Todavia, quanto à proteção dos direitos particulares, deve preocupar-se de maneira especial, dos fracos e dos indigentes.”³⁹

Ao tratar da propriedade particular: “É dever primordial dos governos assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias.” Principalmente devido ao sentimento de cobiça que, segundo a encíclica, desenvolvia-se naquela época. Atenta-se ao comentário acerca dos operários:

“Por certo que a maior parte dos operários queriam melhorar de condição por meios honestos, sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebidos de falsas teorias e desejosos de novidade, procuram a todo custo excitar e impelir outros a violência. Intervenha, portanto, a autoridade de Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu.”⁴⁰

A ameaça de influência do socialismo e a iminência das greves, ocorridas pelas situações insalubres dos operários no trabalho, causam danos aos operários e aos patrões e, principalmente, ao interesse em comum – convém, então, ao Estado prevenir essa situação através da autoridade e das leis. Aspecto reforçado por Souza: “Contudo, para a Igreja Católica, o Estado é apenas o elemento do corpo político encarregado da manutenção da lei e da ordem pública, do fomento do bem comum e da administração dos negócios públicos.”⁴¹

1.1.6. A proteção do Estado

Na encíclica *Rerum Novarum* têm-se que o Estado possui função de protetor e organizador de uma sociedade cristã, proteção que recai, primeiramente, aos bens da alma e ao espírito dos homens. A encíclica diz que a vida temporal não é o fim para qual os seres humanos foram criados e sim o caminho para aperfeiçoar a vida do espírito, que possui a semelhança divina e a dignidade de poder. Com essa denominação a encíclica complementa que: “A ninguém é lícito violar impunemente a dignidade do homem, do qual Deus mesmo dispõe com grande reverência, nem lhe colocar impedimentos, para que ele atinja o aperfeiçoamento

39 Ibid, p. 38

40 Ibid, p. 39

41 SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002, p. 64

ordenado a conquistar a vida eterna...”.⁴² O respaldo à necessidade da existência do repouso festivo – baseado em citações bíblicas – é delimitado, assim como o cuidado com o perigo do excesso de ócio por parte do operário.

É dever de autoridade pública “...subtrair o pobre operário à desumanidade de ávidos especuladores, que abusam, sem nenhuma discricção das pessoas como das coisas.”⁴³ Não se deve exigir do operário excesso de trabalho que leve a enfraquecer o espírito e o corpo, principalmente se o tempo de trabalho for superior ao de repouso. Os trabalhos realizados pelas mulheres e crianças não são justos, expô-los a trabalhos além do que eles aguentam é inviável, afinal, às mulheres se destinam os arranjos domésticos e a educação dos filhos.

1.1.7. A importância do salário

A encíclica afirma a necessidade da fixação do salário. Este é combinado entre ambas as partes, não precisando o patrão pagar além do estabelecido. Caso haja alguma quebra de combinado a justiça do Estado deve agir, principalmente se o trabalhador não concluir seu trabalho. Nesse ponto a encíclica reforça a importância de trabalhar: “Trabalhar é exercer a atividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente o sustento da própria vida.”⁴⁴

Trabalhar, segundo a encíclica, possui duplo cunho: um é pessoal e o outro necessário. O primeiro refere-se a força ativa interna da pessoa e o segundo refere-se à necessidade do homem de trabalhar e de seguir a ordem da natureza. Se o trabalhador enxergar a situação como descrita acima não aceitará pouco salário. Assim, fica claro que “...o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado.”⁴⁵

Caso o salário não seja suficiente ou o trabalhador seja obrigado a se manter em situações que não são de sua alçada, convém ao poder público a resolução. Porém, a encíclica dá preferência pela solução de possíveis problemas pelas mãos de corporações ou sindicatos.

O salário quando é suficiente levaria o operário a utilizá-lo de forma prudente e poupar com o intuito de adquirir um patrimônio, impulsionado por leis que respaldem as massas populares. A realidade da economia de forma organizada teria parte essencial na junção das

42 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 40

43 Ibid, p. 41

44 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 43

45 Ibid, p. 44

classes: “Estimule-se a industriosa atividade do povo com a perspectiva da sua participação na propriedade do solo, e ver-se-á nivelar pouco a pouco o abismo que separa a opulência da miséria, e operar-se a aproximação das duas classes.”⁴⁶

1.1.8. As corporações

Das associações que prestam socorro mútuo as principais são as corporações operárias. A encíclica incentiva a reformulação dessas corporações para os dias de hoje, ainda mais se elas forem mistas: operários e patrões trabalhando juntos para a melhoria da vida e da situação de ambos. A contextualização dada na encíclica tem o intuito de explicar que: “...queremos expor aqui a sua oportunidade e o seu direito de existência e indicar como devem organizar-se e qual deve ser o seu programa de ação.”⁴⁷

Com passagens da Bíblia a encíclica explica a necessidade de ambos, operário e patrão, trabalharem juntos a fim do bem comum da sociedade civil, o mesmo discurso colocado por Vargas em prol da harmonia social. Assim como descreve São Tomás de Aquino, a sociedade particular é aquela que se forma com um fim particular.

A relação das sociedades formadas com o Estado não deve ser de interferência e aniquilação, afinal “O direito de existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para aniquilar.”⁴⁸

Seguindo esse critério são citadas na encíclica as confrarias, congregações e ordens religiosas de todos os gêneros que possuíam um fim honesto. Por estarem relacionadas com a religião o Estado não poderia delegar nada em cima delas.

Para conduzir a reabilitação da classe operária, espera-se das associações operárias católicas que:

“Constituindo-se protetores das pessoas dedicadas ao trabalho, esforcem-se por aumentar a sua prosperidade, tanto doméstica como individual, e regular com equidade as relações recíprocas dos patrões dos operários; por manter e enraizar em uns e em outros a lembrança dos seus deveres e a observação dos preceitos que, conduzindo o homem à moderação e condenando todos os excessos, mantêm nas nações, e entre elementos tão diversos de pessoas e de coisas, a concórdia e a harmonia perfeita.”⁴⁹

46 Ibid, p. 46

47 Ibid, p. 47

48 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 49

49 Ibid, p. 51

Para unir forças e organizar programas de ação, homens reúnem-se em congressos ou em cooperações adequadas para diversas profissões. Já os bispos cooperam ajudando e colocando participantes das cooperações sob a sua proteção os interesses espirituais das cooperações. E não deve o Estado se intrometer nas associações:

“Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede, essencialmente de um princípio interno, e extingue-se facilmente sob a ação de uma causa externa.”⁵⁰

Essa não intervenção do Estado nas associações é ponto de divergência com a forma que Vargas vai lidar com a organização das associações no pós 1934, principalmente.

Para o funcionamento das associações católicas a encíclica afirma a necessidade de disciplina para se ter unidade de ação e acordo de vontades. Os estatutos e regulamentos devem ser adotados de acordo com a nação, pela experiência, do gênero de trabalho, dentre outras coisas. Importante, entretanto, serem analisadas com cuidado. Sobre a finalidade das associações religiosas:

“Tudo quanto se pode dizer em geral é que se deve tomar como regra universal e constante o organizar e governar por tal forma as corporações que proporcionem a cada um dos seus membros os meios aptos para lhes fazerem atingir, pelo caminho mais cômodo e mais curto, o fim que ele se propõe, e que consiste no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito e da fortuna.”⁵¹

Porém, o objeto principal deve ser o aperfeiçoamento moral e religioso. Este é o fim que deve organizar toda a economia das sociedades. A religião é o ponto fundamental das relações mútuas entre patrão e operário e onde podem alcançar a paz e a prosperidade. O papa faz então, um convite a todos os operários se associarem.

1.1.9. A caridade

No último ponto tratado na encíclica, têm-se um resumo da tarefa de cada participante perante a conciliação de classes: governantes, ricos e patrões, operários e a Igreja. Afinal, a máxima de todos é a mesma: busca pela paz e pela salvação eterna. Assim como podemos notar:

50 Ibid, p. 52

51 PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], p. 53

“...façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para a salvação dos povos e, sobretudo, alimentem em si e acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos, a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes.”⁵² A salvação provém da caridade, virtude principal para consolidação do intuito de todos.

1.2. A encíclica *Quadragesimo Anno*

1.2.1. O intuito da encíclica e a retomada das motivações da *Rerum Novarum*

A encíclica *Quadragesimo Anno* foi escrita em 1931 e a data é referente ao aniversário de 40 anos de publicação da encíclica *Rerum Novarum*, consistindo em uma encíclica de comemoração por parte dos católicos. Amaral afirma que a encíclica de Pio XI é uma reafirmação da doutrina social, enfatizando adaptações frente ao capitalismo “que naquela ocasião enfrentava a sua maior crise, e afirmava que despotismo econômico e livre concorrência resultavam na destruição das bases da economia.”⁵³

A encíclica se inicia com uma retomada dos pontos que o papa Leão XIII especificou em sua encíclica: “...1) sobre a origem da autoridade civil, 2) e a devida ordem das suas relações com a Igreja, 3) sobre os principais deveres dos fiéis como cidadãos, 4) contra os princípios do socialismo, 5) contra as falsas teorias de liberdade humana, 6) e outras do gênero (...)”⁵⁴. Porém, o ponto principal é o endossamento da solução para a questão social, extremamente discutida na *Rerum Novarum*.

O desenvolvimento da *Rerum Novarum* ocorreu na emergência de duas classes sociais frente a um novo gênero de economia e aos progressos das indústrias. Uma das classes, pequena em número, detentora dos bens materiais oriundos das atividades modernas, frente a outra classe composta por uma grande multidão de operários miseráveis.

Pio XI destaca que a primeira classe fundamenta na ideia da caridade a solução total da situação da segunda classe, que viviam em condições miseráveis e em violações da justiça. A caridade, segundo Leão XIII, era naturalmente desenvolvida pela Igreja Católica e Pio XIII

52 Ibid, p. 57.

53 AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 53.

54 IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI). PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em 23/10/2020. p.1

reforça que estes adicionados a leigos e católicos procuravam através da caridade aliviar a miséria enquanto uma solução não era desenvolvida. Todos, pensadores, patrões e operários estavam em busca de um caminho.

Então, em defesa dos operários que viviam em miséria, em busca de um caminho, de uma solução, o pontífice Leão XIII:

“Não pediu auxílio nem ao liberalismo nem ao socialismo, pois que o primeiro se tinha mostrado de todo incapaz de resolver convenientemente a questão social, e o segundo propunha um remédio muito pior que o mal, que lançaria a sociedade em perigos mais funestos.”⁵⁵

A questão social encontraria solução apenas na religião e na Igreja. Na encíclica, o pontífice Leão XIII:

“... expôs com clareza e proclamou não só os direitos e os deveres que devem reger as relações mútuas dos ricos e dos proletários, dos capitalistas e dos trabalhadores, mas também a parte que deviam tomar a Igreja, a autoridade civil e os próprios interessados na solução dos conflitos sociais.”⁵⁶

A ideia da presente encíclica foi de lembrar os benefícios que a encíclica *Rerum Novarum* ofereceu para a humanidade e defender sua doutrina social e econômica – através do desenvolvimento de alguns pontos e de mostrar a raiz do mal da sociedade contemporânea.

1.2.2. Os benefícios da *Rerum Novarum*

O Papa Pio XI inicia então uma retomada dos benefícios da encíclica *Rerum Novarum* frente as problemáticas apresentadas acerca principalmente da Questão Social. O pontífice divide em dois campos a ação da Igreja, que têm como intuito discorrer sobre a moral nos indivíduos. No campo doutrinal a encíclica estendeu pelos anos e atingiu diversos cantos:

“... impôs-se insensivelmente à atenção d'aqueles mesmos que, separados da unidade católica, não reconhecem a autoridade da Igreja; e assim os princípios da sociologia católica entraram pouco a pouco no patrimônio de toda a sociedade humana; e as verdades eternas, tão altamente proclamadas pela memória do nosso Predecessor, vemo-las frequentemente citadas e defendidas

55 Ibid, p.3

56 Ibid, p. 3

não só em jornais e livros mesmos acatólicos, mas até em parlamentos e tribunais.”⁵⁷

No campo da prática vê-se medidas e esforços para elevar a classe dos operários, principalmente no espírito cristão em suas almas, atingindo sua consciência de dignidade através do trabalho. Nas palavras do pontífice:

“Este trabalho constante vara embeber o espírito cristão as almas dos operários contribuíram também muitíssimo para lhes dar a verdadeira consciência da própria dignidade, e para habilitá-los, pela compreensão clara dos direitos e deveres da sua classe, a progredir honrada e felizmente no campo social e econômico, a ponto de servirem de guia aos outros.”⁵⁸

Já quanto a autoridade civil o papa retoma que é necessário fazer o possível para que da própria organização do Estado venha a prosperidade da nação e dos indivíduos, porém discorre sobre a existência da liberdade de ação dos indivíduos – desde que de acordo com o bem comum e sem fazer injúria com ninguém.

Convém então aos governantes defender a nação e seus membros, tomando cuidado especial com os fracos e sem fortuna. É necessário que o governo tome atitudes para desenvolver uma política social mais ativa após a encíclica *Rerum Novarum*, afinal, ela influenciou uma corrente favorável à política social, estimulando os católicos a cooperar com as autoridades.

Outro ponto essencial é a defesa dos direitos do operário. Direito este que veio da dignidade de homem e de cristão, garantindo a proteção: “... a alma, a saúde, as forças, a família, as casas, as oficinas, o salário, abrangem os acidentes de trabalho, numa palavra, tudo aquilo que interessa a classe trabalhadora, principalmente as mulheres e crianças.”⁵⁹

Frente as ações dos interessados, a encíclica trata do palco que Leão XIII, na *Rerum Novarum*, dá para as associações – alegando que na época o liberalismo travava as ações e o poder delas, situação diferente da datação da *Quadragesimo Anno*. Pio XI ressalta que os resultados positivos da formação de associações operárias católicas devem-se à encíclica *Rerum Novarum*, pois com os ensinamentos desta e o incentivo de Leão XIII o clero e o laicado:

57 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 5

58 Ibid, p. 6

59 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 7

“... dedicaram-se por toda parte com louvável empenho a fundar estas associações; as quais protegidas pela religião, embebidas pelo seu espírito, formaram operários verdadeiramente cristãos, que uniam em boa harmonia o exercício diligente da própria arte com os preceitos salutares da religião e defendiam eficaz e tenazmente os próprios direitos e interesses temporais, tendo sempre em conta a justiça e o sincero desejo de colaborar com as outras classes para a restauração cristã de toda a vida social.”⁶⁰

O pontífice aponta que a fala de Leão XIII acerca do direito natural de associação dos homens é aplicada também para as associações não operárias. As associações de industriais possuem problemas para se desenvolverem, o pontífice deseja que logo estes problemas sejam resolvidos. Na conclusão desta parte Pio XI ressalta algumas problemáticas acerca de interpretações de alguns passos da encíclica e sobre as consequências. As discussões entre os católicos ocorreram e o pontífice viu como uma boa oportunidade o aniversário da encíclica *Rerum Novarum* para o esclarecimento de algumas dúvidas e exigências.

1.2.3. A autoridade da Igreja na questão social e econômica

É dado como dever e direito de a autoridade da Igreja julgar as questões sociais e econômicas. A encíclica trata de quatro assuntos e seus pormenores: do direito de propriedade, da redenção dos proletários, do justo salário e da restauração social. O intuito dessa parte consiste em retirar as más interpretações das falas de Leão XIII quanto ao direito de propriedade. O Papa Pio XI discorre sobre o antigo pontífice e os teólogos afirmarem que a natureza – ou seja, oriundo de Deus – deram ao homem o direito do domínio particular, para prover as necessidades pessoais e da família.

Pio XI reforça o que é dito na *Rerum Novarum* acerca do direito de propriedade ser distinto do seu uso. O pontífice afirma que é necessário a delimitação e o respeito aos espaços, competindo ao Estado – desde que iluminado pela luz natural e divina – verificar o bem comum que o homem deve construir, lembrando de que o homem é anterior ao Estado. Pio XI também afirma que “...devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar dos seus bens.”⁶¹

60 Ibid, p. 8

61 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 12

No que trata na questão do trabalho, Pio XI ressalta o que o papa Leão XIII diz sobre ser a única fonte de riqueza nacional. Adiciona que:

“Pois que é trabalhar, senão aplicar ou exercer as forças do corpo e do espírito nestas mesmas coisas ou por meio delas Exige, porém, a lei natural ou a vontade de Deus por ela promulgada, que se mantenha a devida ordem na aplicação dos bens naturais aos usos humanos: ora semelhante ordem consiste em ter cada coisa o seu dono. D'aqui vem que, a não ser que um trabalhe no que é seu, deverão aliar-se as forças de uns com as coisas dos outros; pois que umas sem as outras nada produzem.”⁶²

Sobre as pretensões injustas do capital Pio XI discute acerca do capital requerer todo o lucro do produzido para si, sobre todo o acúmulo de capital ir para os patrões e manter o operário a uma vida de pobreza, privados de conseguir melhor fortuna através do direito natural que existe. Assim como seria errôneo achar que o capital todo pertence aos operários, que tudo o que é mais produtivo passar a ser propriedade do Estado – erro dos socialistas.

A distribuição das terras é uma discussão retomada pela *Quadragesimo Anno*. Segundo o Pio XI cada pessoa deve ter sua parte nos bens materiais e que a repartição deve ser organizada através das normas do bem comum e da justiça social:

“E necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes particulares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum, de que falava Leão XIII, ou, por outras palavras, que em nada se prejudique o bem geral de toda a sociedade.”⁶³

O segundo assunto trata da redenção dos proletários. O pontífice afirma que a condição dos trabalhadores se tornou mais tolerável, porém houve o crescimento da quantidade dos operários. Para o papa há uma evidência acerca da má distribuição das riquezas devido a acumulação das fortunas nas mãos de poucos ricos, assim são necessários esforços para as riquezas se acumularem em justa proporção nas mãos dos ricos, para chegar ao equilíbrio com os operários.

O Papa Leão XIII na *Rerum Novarum* discute a necessidade de um justo salário para todos os envolvidos. O Papa Pio XI retoma o assunto, inicialmente desenvolvendo vários princípios de avaliação para a formulação dos salários. Afinal, se todos da sociedade não

62 Ibid, p. 13

63 Ibid, p. 14

trabalharem em forma de um corpo organizado e colaborando não há fruto oriundo do capital e do trabalho.

Expõe também o ponto de vista acerca de alguns assuntos sobre o salário – sustento dos operários e da sua família – sendo necessária a remuneração para o sustento com toda a família contribuindo para o seu mantimento, sem o abuso das crianças e das mulheres. Como o salário não pode danificar a empresa, a ideia de comum acordo entre ambos – operário e empresa – é boa e necessária para que enfrentem as dificuldades e os obstáculos.

Ainda sobre o salário o pontífice diz: “Enfim a grandeza do salário deve ser proporcionada ao bem da economia pública.”⁶⁴ O salário para ser justo deve estar relacionado com a capacidade de todos conseguirem trabalho, além de ser contra a justiça social o aumento ou a diminuição do salário de forma demasiada. Ou seja, é necessária a união entre os diversos organismos envolvidos com a economia para o funcionamento ser aceitável.

O último assunto desta parte é sobre a restauração da ordem social. Segundo Pio XI, para a realização do que Papa Leão XIII disse, e muito mais, é necessária a reforma das instituições e a emenda dos costumes. O problema do individualismo intensifica-se na época e, segundo o pontífice, resta apenas os indivíduos e o Estado – situação prejudicial para ambos.

É necessária então uma política social para reconstituir a harmonia na sociedade, quebrada com a força do individualismo. A resolução recai na formação de organizações de acordo com a função dos operários, que possuem interesses comuns às profissões encontrando o vínculo comum entre os membros. É importante vigiar para que a atividade coletiva se oriente para o bem comum de toda a sociedade.

No que trata o direcionamento da economia a encíclica diz: “Como não pode a unidade social basear-se na luta de classes, assim a reta ordem da economia não pode nascer da livre concorrência de forças.”⁶⁵ O erro da economia é tornar-se individualista, acentuando que: “Ora a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites é justa e vantajosa, não pode de modo nenhum servir de norma reguladora à vida econômica.”⁶⁶

A prepotência econômica é violenta por natureza – ela deve ser enfrentada e governada com prudência, já que não consegue fazer isso sozinha. Deve-se recorrer à justiça e a caridade social, com a justiça penetrando nas instituições e na sociedade. O Estado ao reconhecer

64 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 18

65 Ibid, p. 21

66 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 21

juridicamente o sindicato o caracteriza como monopólio, que representa os operários e patrões, concluindo contratos e pactos de trabalho. As inscrições seriam facultativas, com taxas especiais obrigatórias para as categorias. Resumidamente:

“As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão, e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a um acordo, intervém a autoridade.”⁶⁷

Segundo o pontífice são óbvias as vantagens dessa organização: a colaboração do operário e do patrão; uma forma de repressão às organizações socialistas e uma nova organização sindical e corporativa com caráter burocrático e político. Vale ressaltar o que Amaral diz acerca desse associativismo operário: “O que há de novo, contudo, é a recomendação de que as organizações de classe deveriam ter autonomia em relação ao Estado ou qualquer outra estrutura de poder que não fosse a Igreja.”⁶⁸ Situação em que, no contexto brasileiro, a Igreja Católica saiu em desvantagem, já que Vargas organiza um sindicalismo unificado.

A implementação do Decreto de 19.770 – Lei da Sindicalização, em 1931, segundo Gomes vinha com o objetivo no: “... combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. (...)”⁶⁹ e causou reações na Igreja, já que travava a criação de um movimento sindical católico. Gomes ressalta que em 1934 com uma nova Constituição, o estabelecimento da pluralidade sindical torna-se possível, porém extremamente dificultado. Para a Igreja: “O estabelecimento da pluralidade e da autonomia sindicais era uma vitória dos fortes interesses da Igreja, aliada sem dúvida ao patronato.”⁷⁰

1.2.4. As mudanças econômicas desde a Encíclica *Rerum Novarum*

Pio XI começa essa parte da encíclica explicando que a espécie de economia que Leão XIII baseou a encíclica *Rerum Novarum* se transformou em alguns aspectos, principalmente

67 Ibid, p. 22

68 AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 53

69 GOMES, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005, p. 163

70 Ibid, p. 175

com o alastramento do capitalismo em todas as direções invadindo todos os campos da produção “cujas condições sociais e econômicas afetam realmente e informam com suas vantagens, desvantagens e vícios.”⁷¹

O pontífice coloca o despotismo econômico como uma mudança. A acumulação de riquezas e de poder culmina no surgimento do despotismo econômico nas mãos de poucas pessoas. A consequência seria então a concorrência desenfreada – concorrência essa que “matou-se a si própria”, uma liberdade de mercado que seguiu o predomínio econômico, o lucro como ponto predominante em uma economia cruel.

Frente a essa situação econômica Pio XI afirma que na encíclica atual são explicados os remédios: “Visto como o regime econômico moderno se baseia principalmente no capital e no trabalho, é preciso que as normas da reta razão ou da filosofia social cristã, relativas a estes dois elementos e à sua colaboração, sejam melhor conhecidas e postas em prática.”⁷² Sendo necessário evitar o individualismo e o socialismo e ocorrer a regulação mútua das relações através de uma rigorosa justiça, apoiada pela caridade cristã.

1.2.5. A evolução do socialismo desde a Encíclica *Rerum Novarum*

Pio XI expõe então que à época Leão XIII se dirigiu a um tipo de socialismo único. Durante a *Quadragesimo Anno* se tem a divisão do socialismo: “...duas facções principais, de tendências pela maior parte contrárias, e irreconciliáveis entre si, conservando, porém, ambas o princípio fundamental do socialismo primitivo, contrário à fé cristã.”⁷³

A primeira divisão resultou no comunismo. De acordo com o pontífice a guerra de classes e a destruição da propriedade particular são pontos de ensinamento do comunismo, além de ocorrer a censura àqueles que não tentam suprimir e mudar o estado das coisas. A outra divisão seria o socialismo propriamente dito, mais moderado frente ao comunismo, no qual ocorre uma limitação na luta de classes e a extinção da propriedade privada.

O pontífice afirma que o socialismo concebe a sociedade de modo avesso à verdade cristã, na qual a fé é temporal e eterna. No socialismo não se vê fim, têm-se apenas discussões sobre as vantagens materiais. Logo “...ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e

71 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p.24

72 Ibid, p. 25

73 Ibid, p. 25

verdadeiro socialista.”⁷⁴ O socialismo, através da formação das inteligências e dos costumes, formaria um homem socialista, com o objetivo de transformar a sociedade humana do socialismo. Pio XI termina essa parte prezando pelo bem-estar daqueles que se soltaram da casa cristã e que, através da ordem das encíclicas papais, retornem para formar uma nova sociedade.

1.2.6. A restauração social através da reforma dos costumes

O Papa Pio XI afirma que a restauração social ocorreria somente através da renovação do espírito cristão, afinal a economia mundial vê-se viciada e distante da força cristã. O pontífice afirma o esquecimento do eterno:

“Todos se preocupam quase unicamente com as revoluções, calamidades e ruínas temporais. Mas, se vemos as coisas à luz da fé, que é tudo isto em comparação da ruína das almas? Bem pode dizer-se, que tais são hoje as condições da vida social e econômica, que se torna muito difícil a uma grande multidão de homens ganharem o único necessário, a salvação eterna.”⁷⁵

A causa de toda a desorganização na vida social e na economia reside no pecado original, que confunde o homem e o leva para a preferência do bem mundano. O lucro e os preços ao bem querer dos humanos, as instituições jurídicas com excessos e facilitadoras do excesso de capital funcionam como sujeiras mundanas. Pio XI oferece a resposta em uma disciplina dos costumes apoiada pela autoridade pública, algo que segundo o papa faltou no início do desenvolvimento do regime econômico em questão.

Os remédios para a salvação da sociedade encontram-se na cristianização da vida econômica e na força da lei da caridade. O primeiro remédio frente a crise das almas está em “...reconduzir os homens à profissão franca e sincera da doutrina evangélica.”⁷⁶ Há a necessidade de trazer a vontade de dedicar-se a vida eterna tão quanto os homens dessa época estavam se dedicando as coisas mundanas. Afinal:

“Se esta doutrina fosse por todos, em toda a parte e sempre observada, não somente a produção e aquisição dos bens, mas também o uso das riquezas, agora tantas vezes desordenado, voltaria depressa aos limites da equidade e justa distribuição; à única e tão sórdida preocupação dos próprios interesses, que é a desonra e o grande pecado do nosso tempo, opor-se-ia na verdade e de

74 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragimo-anno.html>p. 28

75 Ibid, p. 30

76 Ibid, p. 32

fato a suavíssima e igualmente poderosa lei da moderação cristã, que manda ao homem buscar primeiro o reino de Deus e a sua justiça, seguro de que também na medida do necessário a liberalidade divina, fiel às suas promessas, lhe dará por acréscimo os bens temporais.”⁷⁷

O pontífice reforça a ideia de caridade como o caminho, juntamente com a lei da justiça. A ideia de cooperação das classes surgiria: “Por isso só haverá uma verdadeira cooperação de todos para o bem comum, quando as diversas partes da sociedade sentirem intimamente, que são membros de uma só e grande família...”⁷⁸ E “É desta nova difusão do espírito evangélico no mundo, do espírito de moderação cristã e de caridade universal, que há de brotar, como esperamos, aquela tão desejada e completa restauração da sociedade humana em Cristo...”⁷⁹

O Papa Pio XI conduz o fim da encíclica reforçando a necessidade da recondução a Cristo das classes de homens. Ressalta o incentivo à educação cristã e a formação de associações católicas, com a criação de círculo e do estudo da fé. Além da necessidade da união das forças católicas para o combate do mal, direcionando o homem na busca da Jesus Cristo e não dos seus próprios interesses.

77 PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> p. 32

78 Ibid, p. 33

79 Ibid, p. 33

Capítulo 2- A Ação Católica⁸⁰ no Brasil e seus métodos de intervenção

A movimentação da ação católica ocorre em quase todo o mundo ocidental e o jornal *O Legionário* trata ativamente do assunto. Explica o funcionamento da ação católica e especifica o caso dela no Brasil, com ênfase na discussão acerca do Ensino Religioso - que após o ano de 1933 perde força no jornal.

Segundo Souza⁸¹, a Igreja Católica no pontificado de Leão XIII busca a reconciliação do catolicismo com a nova era, sendo a Igreja uma força viva na sociedade. A importância da ação católica é estabelecida na ideia da consciência moral como guia da sociedade brasileira da época e, todos os artigos que tratam da ação católica fortalecem a moral cristã na sociedade brasileira.

No Artigo “A ação católica”⁸², o jornal *O Legionário* explana sobre a origem, a natureza e a organização da Ação Católica através de uma carta escrita pelo Papa Pio XI para o cardeal Segura y Saenz no primeiro congresso de Ação Católica na Espanha. A Ação Católica, de acordo com a carta, tem origem tão antiga quanto a Igreja Católica, oriunda da necessidade da hierarquia eclesiástica de ter cooperadores leigos católicos que possam agir de acordo com sua intuição e de forma natural. O intuito consistia na busca pelo triunfo de Jesus Cristo e da causa católica, chamar os fiéis, sob a direção dos bispos, para combater a favor da salvação eterna.

No que tange à natureza da Ação Católica, é lembrada a encíclica *Urbi Arcano*, de 1922, por Pio XI. Nela, a instituição da Igreja torna público a Ação Católica e a necessidade da participação dos leigos, já que é dada como tão importante quanto qualquer participação leiga e como complemento da hierarquia eclesiástica. Sendo assim, a Ação Católica possui ordem espiritual, celestial, religiosa e social: com o intuito de expandir o reino de Cristo.

Além disso, a Ação Católica não é uma organização partidária, está acima de tais disputas já que possui naturezas divergentes, o que não quer dizer que os católicos que fazem parte da Ação Católica não devam se interessar por os problemas da vida pública. Segundo a

⁸⁰ Quando se trata da ação católica de forma genérica, de atos inerentes aos católicos utilizarei letras minúsculas. Já quando o ato é a Ação Católica da instituição, letras maiúsculas.

⁸¹ SOUZA, Jessie Jane Vieira de; *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil, Parte 1 – A consciência moral do mundo, A César o que é de César, O pontificado de Leão XIII e Tomismo*, p. 47

⁸² *O Legionário*, “A Ação Católica”, 1930, n° 51, p. 2

carta, como a Ação Católica foca na formação da consciência cristã, será algo natural destas pessoas se preocuparem. Entretanto:

“Se, porém, as questões políticas envolverem interesses religiosos e morais, a ação católica poderá, e deverá caso for mister, intervir diretamente, norteando todas as forças dos católicos acima dos pontos de vista particulares, com uma ação disciplinada, para o interesse das almas e da Igreja.”⁸³

A organização da Ação Católica, segundo a carta, deverá ser própria, única, disciplinadora e coordenadora de todas as forças católicas. Os participantes dela devem ser pessoas que prezam pela família seja: “(...) genuinamente cristã dos seus associados ou membros, a saber, piedade sólida, conhecimento adequado das coisas divinas, costumes ilibados, dedicação sem limites ao Papa e aos Bispos, zelo ardente e operoso (...)”⁸⁴ A carta finaliza com orientação acerca da necessidade de ação na católica Espanha, a qual o bispo que a recebeu orienta.

O artigo “Política e Ação Católica”⁸⁵ é escrito com o intuito de conscientizar a população que não conhece os princípios e ações da Ação Católica. Segundo o artigo: “A ação católica tem por fim a recristianização”.⁸⁶ No ano de 1933 a organização da Ação Católica já estava sendo edificada, assim como o artigo exemplifica citando a existência do centro operário católico, da ação universitária católica, das congregações marianas e outros. A importância da Ação Católica não só nessas instituições, mas também no dia a dia do brasileiro é ressaltada devido a perda do espírito cristão por parte das pessoas e das instituições por influência do liberalismo, afinal seria papel da ação católica recristianizar o neopaganismo instaurado no mundo e no Brasil.

Dentro da política, a Ação Católica deveria cuidar do aspecto moral da vida pública da nação, sem se relacionar com os problemas econômicos - desde que não tocassem na vida moral e religiosa, nessa situação caberia unificar fatores políticos e espirituais que o liberalismo dissociou. Com base nisso, a Ação Católica seguirá três princípios: 1- a política como meio, 2- a liberdade dos membros frente as suas ideias políticas, desde que não envolva ideias que

⁸³ Ibid

⁸⁴ Ibid

⁸⁵ *O Legionário*, “Política e Ação Católica”, 1933, n° 121, p. 1

⁸⁶ Ibid

fossem contra a moral cristã e 3- a necessidade do olhar nas reivindicações espirituais da Igreja Católica.

Corroborando com esse artigo⁸⁷, três outros escritos por Otávio Elísio intitulados “Princípios da Ação Católica” que tratam literalmente dos princípios, com início na discussão da natureza e os fins da Ação Católica, suas características, dever, seus membros e seu programa. No que compete à natureza, como já tratado em outro artigo e discorrido nesse mesmo capítulo, é de ação espiritual e material, com ênfase na participação do laicato na vida católica, com fins para a salvação de todas as almas e a difusão do reino de Jesus Cristo. Contribuindo para o bem público com a difusão e a realização dos princípios católicos, para formar consciências cristãs. A ideia do programa da Ação Católica é a propagação do bem em todas as direções e atividades, sendo estas religiosas, culturais, familiares, caritativas, escolares, morais, econômico-sociais e políticas.

A Ação Católica tem como características a organização do apostolado: daqueles que servem a honra de Jesus e dos leigos que servem em prol a promoção da salvação dos irmãos fiéis em cooperação, com um apostolado hierarquicamente organizado. A Ação Católica trabalha com o objetivo de alcançar o máximo de fiéis possíveis, ainda mais dentro do contexto da fé católica apagadas das almas e “o clero insuficiente em número ou forçadamente limitado em suas atividades por causa das dificuldades e hostilidades do meio e de pessoas.”⁸⁸ Os membros da Ação Católica não possuem distinções, servindo como uma grande corrente de pessoas, sendo ela composta por adultos e jovens. Cada um com seu papel importante dentro da tarefa da ação católica, mas todos começam pela:

“(...) oração, pelo bom exemplo, pelas obras de caridade. Eles se preparam para chegar a ser homens penetrados do espírito cristão e que saibam encontrar em todas as contingências da vida privada e pública a solução cristã verdadeira e única e os princípios católicos para verdadeiro bem da Igreja e do país.”⁸⁹

Geralmente, os artigos do Jornal traduzem e passam alguma informação externa em suas folhas, mas não tecem comentários acerca de algo quando concordam com o que é dito, até porque são palavras de um Papa. O tema da “Ação Católica” aparece intensamente nos artigos do Legionário, seja de forma direta como acima ou indireta quando se trata de ações específicas

⁸⁷ *O Legionário*, 1933, n° 121, 122 e 124, pgs 3,4 e 3.

⁸⁸ *O Legionário*, “Princípios da Ação Católica”, 1933, n° 122, p. 4

⁸⁹ *Ibid*

- como a do Ensino Religioso, assunto que será tratado afundo – ou notificações do andamento dos resultados da Ação Católica no Brasil.

2.1. O movimento da Ação Católica

A atuação dentro da ação católica pelos civis e leigos é vasta. Henze define o Centro Dom Vital como instrumento forte da Ação Católica no Brasil:

“No 1º artigo dos estatutos o CDV é definido como uma associação civil com sede na Capital da República, naquele momento a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, tendo por finalidade cooperar com o movimento social católico no Brasil, realizando um programa que corresponderia à fundação de uma biblioteca dotada de um serviço de informações bibliográficas, como também à propagação da leitura de obras católicas, promovendo, do modo que sua diretoria achasse mais conveniente, a edição de uma coleção de livros de gêneros diversos, julgados úteis à religião e ao Brasil, além de uma revista que seria o órgão oficial da associação.”⁹⁰

Corroborando com a definição que Henze utiliza, no artigo intitulado “Uma entrevista com o senhor Tristão de Athayde – Centro Dom Vital: a grande obra de Jackson de Figueiredo”⁹¹ o *Legionário* discorre sobre a força do movimento católico no Rio de Janeiro e como ele influência para além de cidade do Rio, com os créditos desta influência nas mãos de Alceu Amoroso de Lima.⁹²

Por mais que o conteúdo desse artigo seja diverso, o intuito é claro, utilizar do exemplo de Tristão de Athayde para aumentar os números de cooperadores na ação católica em São Paulo: só uma ação puramente católica, com a colaboração íntima com a hierarquia eclesiástica, entregue aos bispos principalmente. Além da importância da relação do Centro Dom Vital e da Ação Universitária Católica, funcionando como uma convergência de esforços.

⁹⁰ HENZE, Hans Herbert M., O Centro D. Vital: Igreja sociedade civil e sociedade política no Brasil (1930 – 1945). Tese (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 1995., p. 43.

⁹¹ *O Legionário*, “Uma entrevista com o senhor Tristão de Athayde – Centro Dom Vital: a grande obra de Jackson de Figueiredo”, 1930, n° 63, p. 1

⁹² Ou como era conhecido na época: Tristão de Athayde, nasceu no Rio de Janeiro em 1893 e morreu em 1983. Formado em ciências jurídicas e sociais e assumiu a direção da revista A Ordem em 1928.

Afora desses esforços, no artigo “A realeza de Cristo Redentor no pensamento contemporâneo”⁹³ o redator elucida a importância da Ação Católica contra o laicismo, estando o objetivo da Ação Católica na cristianização social. Segundo o jornal, a ideia da estátua de Jesus, expressa a mais viva intelectualidade para o retorno da espiritualidade e religiosidade no Brasil em um meio de turbulências espirituais, como o laicismo, que é descrito como uma mentalidade, uma tendência, um complexo de teorias e de conceitos com um fundo em comum: a independência da religião e uma rebelião.

A Ação Católica serviria como um meio de uso para o reconhecimento universal e triunfo no reino social, através da cristianização social: a reconstrução da sociedade, segundo os princípios do cristianismo. Mais uma vez o *Legionário* demonstra a importância que tem a ação católica no Brasil, ainda mais em um momento de reforço da restauração católica no Brasil e na necessidade de restabelecer na população brasileira o germe cristão, que – segundo a Igreja Católica no Brasil – faz parte incontestável do cerne brasileiro.

No ano de 1935, no artigo “Progressos”⁹⁴, como diz o nome, o redator narra a movimentação católica (1912 – 1933), reforçando a importância do espírito católico. O esforço das paróquias vê resultado, com um aumento da população católica, de crianças batizadas, de primeiras comunhões, de novas associações católicas e o número de membros das dioceses, como visto no quadro abaixo, retirado do próprio artigo:

⁹³ *O Legionário*, “A realeza de Cristo Redentor no pensamento contemporâneo”, 1930, n° 68, p. 1.

⁹⁴ *O Legionário*, “Progressos” 1935, n° 163, p. 1.

1912	
População catholica	925.715
Baptizados	26.449
Communhões	1.433.596
Associações catholicas para leigos	204
Numero de membros inscriptos nessas as- sociações	66.997
1933	
População catholica	1.290.870
Baptizados	36.882
Communhões	3.895.965
Associações catholicas para leigos	722
Numero de membros inscriptos nessas as- sociações	135.456

95

O artigo deixa claro o intuito da ação católica de alcançar o espaço legislativo e administrativo – tanto privado quanto particular.

A Ação Católica é a solução que a Igreja Católica encontra para a introdução não só da moral cristã, mas também da resolução da questão social, tema das encíclicas citadas no primeiro capítulo:

“Leão XIII buscou desde o início do seu pontificado a reconciliação do catolicismo com a nova era. Queria que a Igreja estivesse inserida na sociedade como uma força viva, e que sua atuação fosse além da reação meramente defensiva diante do mundo moderno. Arquitetava, por meio do poder extraordinário da estrutura hierárquica da Igreja Católica e de sua inserção nos movimentos sociais, transfigurar o presente e o passado, propondo um projeto de transformação social que se legitimasse perante a sociedade como a verdadeira modernidade. Reafirmava, ao mesmo tempo, o caráter carismático da instituição eclesiástica, deixando claro que o discurso oficial sempre deveria ser aceito, pois trazia em si a presença de Deus.”⁹⁶

⁹⁵ Ibid

⁹⁶ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002, pgs 47 e 48.

2.1.1 - A Ação Católica e seus desdobramentos

A ação católica no mundo e no Brasil é promovida através de diversas instâncias dentro da Igreja. O *Legionário* perpassa por várias, inclusive pelas congregações marianas. Vale ressaltar que conforme os anos passam, as congregações marianas ganham um espaço fixo no jornal, não necessariamente para demonstrar o seu trabalho na ação católica, como também para atestá-lo.

No artigo “As congregações marianas – o seu valor atual”⁹⁷, o autor sinaliza a atuação, através de exemplo do alcance das congregações marianas e sua direta relação com a Ação Católica no Brasil. A congregação mariana no Brasil seria exemplo da força da ação católica no meio social, ainda mais por possuir associações com pessoas variadas. Seria “... como um poderoso elemento de estabilidade no meio da profunda anarquia e desorientação em que se mergulharam os espíritos, na ânsia de renovações e destruições.”⁹⁸ Serviria de forma excelente para a formação de uma sociedade estável, já que se pauta nos princípios cristãos, funcionando como escolas de instrução em um momento tão delicado em que, segundo o autor, se tem abundantes elementos de corrupção no organismo social no Brasil.

A congregação mariana, segundo o artigo, penetra em congregações operárias e de estudantes por exemplo, de forma diferente na atuação referente à ação social, se tornando essencial já que: “... são, portanto, verdadeiros núcleos de formação intelectual, social, religiosa e moral”⁹⁹

O *Legionário* vai edificando em cada ano que passa em suas edições um grande espaço para exposição das congregações marianas e suas ações. Não caberá análise aqui de forma detalhada, mas sim uma avaliação da importância em si só da existência e a atuação da ação católica por meio das congregações marianas. Um exemplo disso são os quatro artigos intitulados “Conferência sobre ação católica”¹⁰⁰ e “Ação Social Católica”¹⁰¹. Neles são tratados a conferência com o diretor do *Legionário* na época, Henrique de Brito Vianna, ocorrida em Guaratinguetá, a convite da congregação mariana de São Luiz de Gonzaga.

⁹⁷ O *Legionário*, “As congregações marianas – o seu valor atual” 1931, n° 80, p. 2

⁹⁸ Ibid

⁹⁹ Ibid

¹⁰⁰ O *Legionário*, “Conferência sobre ação católica”, 1931, n° 85, p. 1.

¹⁰¹ O *Legionário*, “Ação Social Católica”, 1931, n° 86, 87 e 88. páginas 2 e 3.

A conferência citada examina a influência do livre pensamento na atividade humana e do papel da ação social católica nesse assunto, que se resume em elementos constitutivos de organização e apostolado do laicato “... para afirmação, a atuação, a difusão e a defesa dos princípios cristãos no campo social, familiar e individual.”¹⁰² O segundo artigo que contém a segunda parte da conferência, pormenoriza a relação da Igreja Católica com a civilização, já que para ela o conceito de civilização está ligado com a moralidade. Para comentar sobre o mundo da época, o artigo abrange detalhes sobre as ações da Igreja, especificamente da ação católica dentro do contexto do liberalismo, que é chamado de “paganismo econômico” pelo diretor do “Legionário” devido ao desenvolvimento da burguesia como uma classe econômica que vai perdendo a consciência cristã, encontrando-se nas mãos da ação social católica a força do combate aos erros do livre pensamento.

O terceiro artigo é a continuação do segundo e inicia-se com: “A ação econômico-social do livre pensamento prega o individualismo, a livre concorrência, ergue a categoria de uma lei natural a lei artificial e egoísta da oferta e da procura.”¹⁰³ O autor reforça a necessidade de a ação social católica ser baseada no espírito da caridade cristã, tendo em vista um Estado cristão que, deve buscar a sua finalidade social na harmonia. Para isso, Tristão de Athayde mostra a hierarquia da ordem social-cristã, de acordo com o pensamento cristão: a estrutura social compreendendo os círculos de formação e expansão do homem.

Com uma “desarmonia perniciosa” o livre pensamento vem com mudanças de valores incumbidos na sociedade. A ação católica tem, então, um valor sem igual, já que é organizada de acordo com a consciência cristã e tem como base a vida espiritual. Em um momento de falta de sacerdotes, a necessidade de auxiliares leigos no apostolado surge, junto com um programa da ação católica: restaurar em Cristo cada elemento que constitui a civilização cristã.

O último artigo diferencia ação religiosa e ação social católica. A primeira consiste na própria vida espiritual e na santificação da alma, já a segunda em um produto de uma formação doutrinária, espiritual e técnica, com elementos de difusão, defesa e atuação dos princípios cristãos no campo familiar e social. O autor pontua que no Brasil a ação católica parece desconhecida e sem organização, fato que será sinalizado pelo *Legionário* em outros artigos em diferentes edições.

¹⁰² *O Legionário*, “Ação Social Católica”, 1931, n° 86, p. 2

¹⁰³ *O Legionário*, “Ação Social Católica”, 1931, n° 87, p. 3.

Uma coluna intitulada “Doutrina e Ação” um artigo chamado “Meios da ação católica”¹⁰⁴ escrito pelo padre Leopoldo Alves, dita duas formas modernas de praticar a fé católica: a primeira consiste em conversas com as pessoas; simples assim o padre reforça a importância de a conversa sublinhar sempre temas que tragam a “aura de espiritualidade” para assim santificá-las. A segunda forma seria o livro e o jornal, como meio de doutrinação, com a divulgação de boas leituras para eliminar as dadas como erradas, já que a leitura está em todos os lugares. Claro que, dentro desse ponto de vista pode-se levantar a problemática do alcance da educação básica na época, valendo-se da óbvia generalização que o jornal traz.

Uma das formas de reforçar a ação católica no Brasil ocorreu com os congressos eucarísticos nacionais.¹⁰⁵ O *Legionário* sempre coloca em ênfase os congressos, porém será tratado da primeira vez que o jornal comenta sobre o assunto em um artigo intitulado “Primeiro congresso eucarístico nacional”¹⁰⁶

No artigo, é dito que, com todos os episcopados e uma grande frente de peregrinação para a Bahia, o congresso demonstra a força do catolicismo como ponto de união nacional. O artigo perpassa a organização do congresso: quem compareceu, o horário e o tema de cada palestra e conferência, dentre outros.

Cabe ressaltar, cronologicamente, algumas palestras e sessões que aconteceram no congresso: No dia 03/07, às 15:00 inaugura-se a Exposição de Arte Sacra, que é espaço para chegada dos Arcebispos de São Paulo, Mariana, Petrolina e Niterói. Entre os dias 05 e 06 de setembro, as palestras possuem como temática a eucaristia: Nilo Pereira palestra sobre “A influência eucarística na família”, o padre Carlos Leôncio sobre a influência pedagógica da eucaristia e o bispo de Petrolina Idílio Soares, sobre a influência da eucaristia na família brasileira. Para finalizar o dia, o interventor Juracy Magalhães diz que: “(...) a vocação histórica do povo brasileiro, e, salientando o papel da Igreja, em sua formação e educação, mostrou o dever dos governadores de prestigiá-la.”¹⁰⁷ E no dia 07/09, ao meio-dia, o doutorando José Cavalcanti prestou uma homenagem e saudação aos quatrocentos estudantes que vieram para o congresso.

¹⁰⁴ *O Legionário*, “Meios da ação católica”, 1933, n° 131, p. 3

¹⁰⁵ Os congressos eucarísticos, segundo o site oficial “Congresso Nacional Eucarístico”: “são realizados pela Igreja Católica em todo o mundo, e visam professar e dar testemunho público da fé em Jesus Eucarístico, para adorar o Senhor em Espírito e Verdade. (cf. Jo 4, 23)”. Durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreram quatro congressos eucarísticos: em 1933 – Salvador, BA; em 1936 - Belo Horizonte, MG; em 1939 - Recife, PE e em 1942 - São Paulo, SP.

¹⁰⁶ *O Legionário*, “Primeiro congresso eucarístico nacional”, 1933, n° 128, pgs. 1 e 3.

¹⁰⁷ *Ibid*

No que tange o estado de São Paulo, o interventor federal Armando de Salles Oliveira a pedido do arcebispo da Bahia convida o cônego João Baptista de Carvalho para representar o estado de São Paulo no congresso eucarístico.

O jornal deixa claro que foi no congresso que se deu o lançamento das bases da ação católica brasileira, em uma reunião do episcopado nacional coordenado por Sebastião Leme¹⁰⁸, considerado o maior e melhor fruto do congresso eucarístico. O que é importante para a organização da ação católica no Brasil que, como o próprio jornal disse, estava ausente.

Na primeira edição do *Legionário* em 1934, o primeiro artigo intitulado “Inaugura-se a semana da Ação Católica”¹⁰⁹ detalha a série de conferências e debates sobre a doutrina e ação católica no Brasil, especificamente em São Paulo, com a presença de Trystão de Athayde. Na coluna “Doutrina e Ação” o padre Leopoldo Dias, no artigo intitulado “A semana da ação católica”¹¹⁰, promove mais detalhes sobre os temas abordados na semana católica.

A semana de estudos foi implementada para orientar as obras da ação católica no Brasil, com a promoção de estudos com as temáticas variadas tais como: família - assunto necessário para o momento vivido referente ao descaso com a formação das famílias; educação - em vários artigos do *Legionário* é dito que a educação é um trabalho em equipe com as escolas e a família, assunto que será tratado adiante de forma mais bem detalhada¹¹¹, ou seja, tanto o liberalismo quanto o comunismo não são a solução para o operário, sendo necessária a promoção das palavras de Leão XIII e Pio XI com as encíclicas papais que tratam na questão social, com a solução na disseminação do espírito cristão na sociedade, papel da ação católica.

No artigo “Organiza-se a ação católica no Brasil”¹¹² o *Legionário* traz especificações sobre a composição da ação católica no Brasil - instituições e organizações no Rio de Janeiro. O artigo comenta sobre a CCB¹¹³ servir como um agrupamento da ação católica com a finalidade de um ideal comum, fazendo parte dela o Centro Dom Vital, a ação universitária católica, a confederação nacional de operário católicos e confederação de imprensa católica.

¹⁰⁸ Leme foi um importante figura para a Igreja Católica no Brasil. Arcebispo de Olinda a partir de 1918 e fundador da Ação Católica Brasileira.

¹⁰⁹ *O Legionário*, “Inaugura-se a semana da Ação Católica”, 1934, n° 136, p. 1

¹¹⁰ *O Legionário*, “A semana da ação católica”, 1934, n° 136, p. 3

¹¹¹ *Ibid*

¹¹² *O Legionário*, “Organiza-se a ação católica no Brasil”, 1934, n° 150, p. 1

¹¹³ Congregação cristã no Brasil

Além de seus órgãos, o artigo apresenta a suas respectivas diretorias e suas especificações e os objetivos de cada grupo.

Segundo Henze, o CDV servia de liderança da militância católica voltada para a retomada de uma sociedade cristã leiga e, visando um futuro material da organização, têm-se ligação do CDV com o CCB através de nomes da vida empresarial e financeira do país. O autor discorre sobre a presença do CDV no legislativo através da Liga Eleitoral Católica, principalmente no que se refere aos futuros candidatos à constituinte de 1934 e no executivo através de ministros católicos, sócios do CDV.

Diversos artigos do *Legionário* tratam sobre comunismo, é extenso o material sobre o assunto. Todos, sem exceção, discutem o comunismo como inimigo da fé cristã, corroborando com a encíclica *Rerum Novarum* que discute problemática da solução socialista para a questão social.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi formada, segundo Vianna, através de uma articulação de uma frente única antifascista-antiintegralista com todas as forças e instituições democráticas.

“A ANL foi lançada, a 30 de março de 1935, em grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, ocasião em que o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL. O porta voz da proposta foi o estudante e comunista Carlos Lacerda.

A ANL (...) uniu partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militar.”¹¹⁴

Sendo assim, é impossível o *Legionário* não tratar do assunto, ainda mais no ano de 1935. O jornal vai discorrer sobre a importância de se precaver referente a ANL, que, segundo o artigo “Aliança Nacional Libertadora”¹¹⁵ era um movimento socialista, ativo e revolucionário e que estaria ocupando espaços no Brasil inteiro e: “De qualquer maneira, ela representa uma organização nitidamente revolucionária, inimiga da civilização cristã e que devemos estar prevenidos”¹¹⁶

¹¹⁴ VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935, in O Brasil Republicano 2: o tempo do nacional-estatismo, org. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 81.

¹¹⁵ *Legionário*, “Aliança Nacional Libertadora”, 1935, n° 172, p. 1.

¹¹⁶ *Ibid*

Posto isso, a reeducação moral se faz necessária, criando novos cristãos e levando para o povo a salvação rente aos falsos profetas – como o *Legionário* cita, o próprio Luiz Carlos Prestes. Segundo o artigo, a ação católica é a propugnadora e organizadora da ordem social cristã, que pratica a caridade entre os homens de todas as classes.

2.1.2. A ação católica: grupos e indivíduos

Analisar a ação católica de forma ativa na sociedade brasileira se faz necessária para melhor entendimento da sua recepção na sociedade brasileira, principalmente em São Paulo. No artigo “A ação católica e as associações religiosas”¹¹⁷ têm-se uma carta do Papa Pio XI para o comendador Augusto Ciriaci, líder da Ação Católica italiana. Nela, o papa inicia repetindo que a ação católica é tão antiga quanto a Igreja e que é coordenada e subordinada à hierarquia or mais que o artigo trate de palavras para a ação católica italiana, a ideia da organização da Ação Católica se faz viva no Brasil, até porque como já foi discutido em outros artigos do *Legionário*, a ação católica no Brasil no início era desorganizada.

Observar a relação da Igreja Católica com o laicato através da ação católica é fundamental nas ações cotidianas, já que são nos grupos e nas pessoas que se dá a transferência de conhecimento e propagação da fé. Um exemplo disso é visto no artigo “Grandes vultos na Igreja no século XIX”¹¹⁸ que discorre sobre a intensidade do século XIX referente a ação católica e comenta sobre a vida de coragem e fé de Daniel O’Connell entregue completamente na ação católica. Irlandês, nascido em 1775 e vivido na França e depois da Inglaterra, o artigo perpassa sua luta a favor da ação católica e da liberdade da sua pátria. Um exemplo de fé e disseminação da ação católica se faz necessário para inspirar outras pessoas a seguirem o caminho da fé.

O jornal no artigo “Vitalidade da Ação Católica”¹¹⁹ trata do ato da ação católica com os enfermos. No início do artigo têm-se que:

“(…) a ação católica que ora se exerce na sociedade, não só é católica enquanto é atividade da verdadeira Igreja, e universal porque se estende a todos os povos

¹¹⁷ *O Legionário*, “A ação católica e as associações religiosas”, 1930, n° 57, pgs. 1 e 3.

¹¹⁸ *O Legionário*, “Grandes vultos na Igreja no século XIX”, 1932, n° 94, p. 4.

¹¹⁹ *O Legionário*, “Vitalidade da Ação Católica”, 1930, n° 62, p. 3.

sem distinção, mas também o é no sentido de que em sua fecundíssima vitalidade não tem campo limitado para exercer sua benéfica influência. O católico de ação entrega-se integralmente à causa de Cristo. Onde puder fazer penetrar os ensinamentos santos de seu divino Mestre e modelo — Jesus — ali estará como soldado sempre às ordens de seu chefe.”¹²⁰

Sendo assim, a ajuda àquelas pessoas que sofrem sozinhas ou até mesmo são sozinhas era um dos papéis dos participantes da ação católica. O artigo deixa claro que o papel da caridade cristã é realizado com os enfermos, mas não é uma tarefa fácil já que não é simples conseguir compreender e praticar a empatia com eles. Compete ao fiel que faz essa atividade o papel de levar esperança para o enfermo, através de simples conversas e na entrega de alguns livros escolhidos a dedo. É visto que, qualquer ato da ação católica pode salvar almas e trazer para perto de Deus novos fiéis que, se não fosse a ação católica, não teria acesso a fé católica através dos meios tradicionais, como o ritual da missa.

Outro meio que a ação católica deve atuar é na Eucaristia. O artigo “Eucaristia e Ação Católica”¹²¹ se inicia com uma explicação sobre a importância da eucaristia, já que esta é união e formação de uma unidade, visto que “Jesus dá-se a todos e nos faz membros de um mesmo corpo.”¹²² Como é papel do apostolado leigo trazer homens para serem incorporados no meio de Jesus, agir na eucaristia é um caminho importante e a ideia de conquistar e salvar almas requer um esforço mútuo. E como: “O bem comum então exige subordinação e sacrifícios do interesse particular a bem do interesse universal das almas.”¹²³ O artigo diz que é missão da ação católica conseguir a união desses esforços para fim de atingir o seu objetivo, porém, somente a eucaristia não bastaria. A ação católica encontra espaço na palavra: “(...) e a verdade do Verbo é tão poderosa que quem a recebe transforma-se em filho de Deus.”¹²⁴

Além de pessoas, ações, a organização dos grupos é essencial para a transmissão certa da ação católica. O artigo “A ação católica feminina”¹²⁵ é um exemplo perfeito disso, já que resume as falas da presidente da ação católica internacional feminina, Mademoiselle Christine de Hemptinne, que na época esteve no Rio de Janeiro para uma série de conferências sobre os métodos da ação católica.

¹²⁰ Ibid

¹²¹ *O Legionário*, “Eucaristia e Ação Católica”, 1930, n° 71, p. 2.

¹²² Ibid

¹²³ Ibid

¹²⁴ Ibid

¹²⁵ *O Legionário*, “A ação católica feminina”, 1934, n° 155, p. 1.

A presidente reproduz as descrições sobre o que é a ação católica de acordo com os documentos pontifícios. O interessante é a parte do artigo que Hemptinne discorre sobre as dirigentes - o papel e a responsabilidade, as qualidades necessárias e como se deu o recrutamento e a formação delas - reforçando a necessidade de organização da ação católica no Brasil.

Além da a importância dos jovens na Ação Católica, ou como é dito no artigo “A juventude na ação católica”¹²⁶: “A juventude católica é, corretamente, toda ação católica”¹²⁷ São os braços e pernas da ação e é necessário o vigor do jovem, juntamente com a formação religiosa, moral, intelectual, social e profissional; O ímpeto de um espírito de fé, de oração e de sacrifício, para guiar a formação religiosa e afastar os jovens do que é mundano.

A preparação dos jovens é para a Ação Católica e, como o artigo define, é diferente da ação política. É claro que os jovens não devem ignorar a política, mas devem deixar para os mais aptos esse cuidado, sendo o papel dos jovens o mais vanguardista do movimento da ação católica: o de buscar fiéis para a Igreja.

2.2. A Ação Católica e o ensino religioso

Uma das formas de atuação mais importantes da Ação Católica é através do ensino religioso. A primeira vez que o jornal *O Legionário* comenta sobre a importância do ensino religioso foi em 1930, com o artigo “As justas reivindicações da consciência nacional – a instrução religiosa nas escolas oficiais”¹²⁸, na primeira parte o jornal discute a necessidade do ensino religioso na educação e na segunda parte respostas para artigos anticlericais.

A linha de raciocínio do autor parte do princípio de que quase todo o povo brasileiro é católico, devendo as instituições refletir o povo, levar em conta o pensamento do povo. O autor¹²⁹ conversa diretamente com o Antônio Carlos Andrada¹³⁰, dissertando em prol da

¹²⁶ *O Legionário*, “A juventude na ação católica”, 1935, n° 176, p. 1.

¹²⁷ *Ibid*

¹²⁸ *O Legionário*, “As justas reivindicações da consciência nacional – a instrução religiosa nas escolas oficiais”, 1930, n° 70, pgs. 1 e 2.

¹²⁹ De forma geral, os artigos do *Legionário* não possuem assinaturas. Este e o próximo artigo citado são escritos por Ângelo Simões de Arruda, futuro participante da Ação Integralista Brasileira.

¹³⁰ Andrada na época era presidente de Minas Gerais e durante os anos 1933-1937 foi presidente da câmara dos deputados.

liberdade do ensino religioso nas escolas, com uso do discurso do presidente de Minas Gerais corrobora com discurso da Igreja Católica da época.

A próxima vez que o *Legionário* vai tratar do ensino religioso será no artigo “O ensino religioso na cristianização do Brasil”¹³¹. Nele, o autor assinala positivamente sobre o Ensino Religioso, tece críticas a República de 1889 e em como era organizada a educação, comentando sobre Arthur Bernardes e a ideia da necessidade de cuidar da educação cívica e moral do nosso povo:

“Seja como for, enquanto o nível mental do povo não se houver elevado, e a consciência cívica e moral das ‘classes dirigentes’ não for mais lúcida, dificilmente se poderá sustentar que a questão política está resolvida. Muito menos a chamada questão social. E pouco se terá conseguido, porque não estará consolidado entre alicerces seguros.”¹³²

Os alicerces seguros seriam, obviamente, os da Igreja Católica, que seria a única salvação da “anarquia moderna” causada pelo materialismo da sociedade. Sem a religião não há noção real do dever para com a sociedade, já que é ela o guia correto da moral, sendo necessária a reconciliação do Estado e da Igreja para a salvação da crise social.

2.2.1. O decreto de número 19941: o ensino religioso facultativo

A edição de número 79 do jornal *O Legionário* possui um grande título tomando a primeira página inteira: “O decreto do governo provisório - facultando o ensino religioso nas escolas públicas, colocando o Brasil ao lado das nações verdadeiramente livres”, como pode ser visto na imagem abaixo:

¹³¹ *O Legionário*, “O ensino religioso na cristianização do Brasil”, 1931, n° 74, p. 3.

¹³² *Ibid*

Legionário

BIMENSÁRIO com aprovação eclesiástica.
Redação e Administração:
Hum Inmaculada Conceição, 5 — Caixa Postal, 2473

Órgão da Congregação Mariana da Anunciação de Nossa
Senhora — Paróquia de Santa Cecilia.

Director: JOSE FILINTO DA SILVA JUNIOR

Redactor-chefe: HENRIQUE DE BRITO VIANNA

ANNO IV

Secretário:
TELMO DE SOUZA FERREIRA

São Paulo, 10 de Maio de 1931

Gerente:
DARIO SILVIO RUSSO

NUM. 79

O DECRETO DO GOVERNO PROVISÓRIO

facultando o ensino religioso nas escolas
publicas, colloca-nos, ao lado das nações verdadeiramente livres

O TRIUMPHO DE CHRISTO-REI NAS ESCOLAS

É com o coração transbordando de alegria, que recebemos o decreto instituindo o ensino religioso nas escolas publicas brasileiras. Os proprios ataques, que a insensatez dos laicistas tem arremessado contra o acto do Ministro Francisco Campos, denotam que o agnosticismo, victorioso em 1891, não passa hoje de doutrina dessedentada, pobre em argumentos e em adeptos, e vigorosamente rejeitada pela immensa maioria da nação brasileira.

Aos poucos, porém, o peritume se foi diluindo completamente, e cedendo lugar á fermentação crescente de paixões maladas suscitadas pelas heresias que o mundo não soube nem quiz dominar.

Só agora, porém, quando a civilização ameaça ruína, é que sentimos num terrível despertar, a falta das virtudes catholicas, que arrotavam amenaemente a vida de nossos maiores.

Agora, que o americanismo cine-

Está concebido nos seguintes termos o decreto do Governo Federal que faculto o ensino religioso nas escolas: "Art. 1.º — Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primaria, secundaria e normal, o ensino da religião.

Art. 2.º — Da assistencia ás aulas de religião haverá dispensa para os alumnos cujos paes ou tutores no acto da matricula ção requererem.

Art. 3.º — Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabeleci-

mentos de ensino religioso nas escolas elementares, medias e superiores. Parag. 1.º — Verificando-se inconvenientes na vida religiosa e moral dos estudantes catholicos, como tambem influencias perniciosas ou indevidas sobre os mesmos na escola e de modo particular, qualquer offensa eventual á sua fé e aos seus estabelecimentos religiosos no ensino, o bispo e os seus delegados têm o direito de recorrer ás autoridades do Estado, que terão o cuidado de lhes dar um remedio conveniente".

Art. XIII — "Em todas as escolas publicas de ensino religioso nas escolas elementares, medias e superiores. Parag. 1.º — Verificando-se inconvenientes na vida religiosa e moral dos estudantes catholicos, como tambem influencias perniciosas ou indevidas sobre os mesmos na escola e de modo particular, qualquer offensa eventual á sua fé e aos seus estabelecimentos religiosos no ensino, o bispo e os seus delegados têm o direito de recorrer ás autoridades do Estado, que terão o cuidado de lhes dar um remedio conveniente".

Art. XIII — "Em todas as escolas publicas de ensino religioso nas escolas elementares, medias e superiores. Parag. 1.º — Verificando-se inconvenientes na vida religiosa e moral dos estudantes catholicos, como tambem influencias perniciosas ou indevidas sobre os mesmos na escola e de modo particular, qualquer offensa eventual á sua fé e aos seus estabelecimentos religiosos no ensino, o bispo e os seus delegados têm o direito de recorrer ás autoridades do Estado, que terão o cuidado de lhes dar um remedio conveniente".

DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS

A importancia e necessidade do ensino religioso é questão pacifica entre os grandes mestres da pedagogia. Para não lembrar são nomes não catholicos citarei as autoridades de Pestalozzi, Montroux, R. Bucken, P. Paulsen, F. W. Foester, F. Whitehead, E. Kädel, Baden-Powell — o fundador dos escoteiros — e de Lara Bakeland — o grande organisador da escola popular na Noruega. O laicismo escolar não nasceu na vida da escola, mas nos circuitos da politica; não é um postulado da pedagogia, é um instrumento de oppressão religio-

do ensino religioso nas escolas elementares, medias e superiores. Parag. 1.º — Verificando-se inconvenientes na vida religiosa e moral dos estudantes catholicos, como tambem influencias perniciosas ou indevidas sobre os mesmos na escola e de modo particular, qualquer offensa eventual á sua fé e aos seus estabelecimentos religiosos no ensino, o bispo e os seus delegados têm o direito de recorrer ás autoridades do Estado, que terão o cuidado de lhes dar um remedio conveniente".

Art. XIII — "Em todas as escolas publicas de ensino religioso nas escolas elementares, medias e superiores. Parag. 1.º — Verificando-se inconvenientes na vida religiosa e moral dos estudantes catholicos, como tambem influencias perniciosas ou indevidas sobre os mesmos na escola e de modo particular, qualquer offensa eventual á sua fé e aos seus estabelecimentos religiosos no ensino, o bispo e os seus delegados têm o direito de recorrer ás autoridades do Estado, que terão o cuidado de lhes dar um remedio conveniente".

133

São quatro artigos sobre o assunto. O primeiro "O triunfo de Cristo rei nas escolas"¹³⁴ foi escrito por Plínio Correa, agradecendo a Francisco Campos¹³⁵ e ao governo provisório pela medida do ensino religioso nas escolas em um momento de incerteza visível nos olhos do povo brasileiro, ainda mais frente ao comunismo.

É no artigo "Os termos do decreto – a magistral exposição de motivos que acompanha – as manifestações de regozijo da população brasileira"¹³⁶ que o jornal expõe artigo por artigo do Decreto de número 19941, publicado promulgar o decreto e a terceira e última a recepção dos congregados e pessoas ligadas a Igreja Católica que aplaudiram o decreto.

A transcrição dos pontos principais do artigo do decreto é algo importante, não só no jornal, mas também para a seguinte dissertação, já que a relação do *Legionário* com o ensino

¹³³ *O Legionário*, "O decreto do governo provisório - facultando o ensino religioso nas escolas públicas, colocando o Brasil ao lado das nações verdadeiramente livres", 1931, nº 77, p. 1.

¹³⁴ *O Legionário*, "O triunfo de Cristo rei nas escolas", 1931, nº 77, p. 1.

¹³⁵ Francisco Campos nasceu em Minas Gerais no ano de 1891. Foi advogado e professor de direito até que em 1919 tornou-se deputado estadual por Minas Gerais e em 1921 tornou-se deputado federal. Considerado reformador educacional, acreditava em uma educação que pensava e criava soluções para os problemas da vida moderna. Foi Ministro da educação do Brasil nos anos de 1930 até 1932 e Ministro da Justiça e dos negócios interiores do Brasil em 1932 e depois em 1937 até 1942. Retirado do site: <https://ww.w18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos> data de consulta: 15/08/2022

¹³⁶ *O Legionário*, "Os termos do decreto – a magistral exposição de motivos que acompanha – as manifestações de regozijo da população brasileira", 1931, nº 77, p. 1.

religioso e com o decreto é vasta, sendo o motivo principal de diversos artigos sobre o assunto, pelo menos nos três anos iniciais do governo provisório de Getúlio Vargas.

O decreto possui onze artigos, o primeiro trata das séries específicas em que o ensino religioso pode ser implementado; o segundo da dispensa da matéria caso seja desejo dos pais; o terceiro a quantidade necessária para que haja a matéria, no caso vinte alunos; o quarto a acerca da organização do curso nas mãos do ministrante; o quinto sobre a inspeção e vigília nas mãos do Estado e das autoridades religiosas específicas; o sexto sobre a escolha dos professores para se tornarem ministrante estar na mão da autoridade do culto; o sétimo e o oitavo sobre o horário das aulas; o nono sobre o cuidado com a consciência dos alunos do ensino religioso no que tange a professores de outras matérias que podem vir a desrespeitar; o décimo se refere às possíveis dúvidas sobre o decreto e o último sobre a possível suspensão do ensino religioso a qualquer hora pelo governo.

A segunda parte é intitulada “A exposição de motivos que acompanha o projeto de lei, entregue pelo ministro da educação ao chefe do governo provisório” e trata de diversos assuntos, tais como: a importância da escola em ir além de instruir, a solução do problema religioso, o papel do Estado dentro de um Brasil católico e a nações modernas e o estilo de ensino religioso facultativo.

Segundo o jornal, a escola é um lugar para ir além de instruir, devendo também educar e formar homens em todas as estâncias, orientar para “atingir a perfeição da sua natureza.” Cabe lembrar que em outros artigos já citados, o *Legionário* constrói a narrativa da Ação Católica dentro de um Brasil que nasceu católico, ou seja, católico por natureza, sendo assim a necessidade de a ação católica trazer de volta esses fiéis perdidos e nada mais necessário do que o papel do ensino religioso para esse intuito.

A terceira e última parte, intitulada “Moções de aplausos ao governo federal” traz telegramas de congregados que aplaudiram a atitude de Francisco Campos ao promulgar o decreto. Diversas instituições da ação católica enviaram telegramas para o ministro da educação como o Centro Dom Vital, a ação universitária católica e as congregações marianas.

Além disso, o artigo intitulado “O ensino religioso e a liberdade de consciência”¹³⁷, escrito por Henrique Brito Vianna, congregado que escrevia vários artigos para o jornal,

¹³⁷ *O Legionário*, “O ensino religioso e a liberdade de consciência”, 1931, n° 79, p. 2.

corroborar com a ideia de que a maioria da população brasileira é dada como católica. O autor também posiciona o jornal frente aos que dizem não gostar do decreto.

O texto começa com a transcrição dos artigos considerados mais importante para a Igreja: o artigo 1, o 2, o 3 e o 4. O autor deduz, após a leitura do decreto, alguns pontos: é facultativo o ensino religioso católico ou acatólico, que está nas mãos dos tutores se o filho vai ou não frequentar as aulas e que está nas mãos dos ministros a escolha dos livros. Ou seja, o governo que, segundo Vianna, se diz democrático ressalta e preza pelo respeito à liberdade de consciência. É nesse espaço em que a ação católica é importante, todo o trabalho organizado pela Igreja Católica no intuito de conseguir novos fiéis para Deus.

O último artigo intitulado “O ensino religioso, o sentimento nacional e a escola”¹³⁸ é um artigo que ressalta

“Nesta hora gravíssima para o Brasil, da qual depende todo o nosso futuro como Nação e como povo de identidade própria e reconhecida, nós vemos com simpatia e concordância que aqueles se levantam para batalhar neste ou naquele campo de ideias e ação, erguem, como uma bandeira patriótica e dignificadora da Nacionalidade, o grito de retorno às nossas tradições e às lições da nossa História, como meio único que, além das medidas econômicas e materiais correspondentes, poderá safar-nos deste encalhe perigoso que ameaça arrastar-nos para o pélagos profundo de um mar desconhecido e, manter o país íntegro e cada vez mais irmanado debaixo do glorioso Cruzeiro do Sul.”¹³⁹

2.2.2. O decreto de número 19941 é revogado

O ano de 1932 começou com uma sucessão de artigos sobre o ensino religioso. A primeira edição contém a primeira página tomada por reivindicações acerca do decreto 19941 ter sido revogado.

No primeiro artigo “O interventor perante a lei”¹⁴⁰ têm-se a explicação do porque o interventor paulista Manuel Rabelo¹⁴¹ decidiu revogar o decreto do ensino religioso no estado de São Paulo. O seu antecessor, Laudo Ferreiro, era bem-visto pelo jornal, e o autor, Henrique de Brito

¹³⁸ *O Legionário*, “O ensino religioso, o sentimento nacional e a escola”, 1931, n° 79, p. 5.

¹³⁹ *Ibid*

¹⁴⁰ *O Legionário*, “O interventor perante a lei”, 1932, n° 92, p. 1.

¹⁴¹ Manuel Rabelo foi interventor paulista de 1931 até 1932.

Vianna, analisa atitude da revogação pelo olhar moral e legal. No próprio decreto é dito que o governo federal pode revogar o decreto e o autor afirma que era um absurdo um decreto estadual revogar um federal.

Já o segundo artigo, “Está com a palavra o senhor chefe da nação”¹⁴², por Svend Kok, inicia com a ideia de que, para aqueles que observavam mais atentamente, não foi surpresa a revogação do decreto. O artigo tem como intuito demonstrar como o estado de São Paulo foi rápido para a instituição do ensino religioso frente aos outros estados e a consequência da revogação do decreto para o governo federal.

O primeiro ponto é esclarecido através de dados: o artigo traz a quantidade de escolas e agregados que incluíram o ensino religioso. Foram duas escolas normais superiores, quarenta e seis grupos escolares, atendendo cinquenta mil alunos. O autor diz que, devido a fluidez da organização do estado de São Paulo, os “não católicos” se manifestaram contra o ensino religioso, argumentando sobre irregularidades na implementação e complementa dizendo que o interventor do estado nem conferiu as acusações e só revogou o decreto. Porém, segundo o autor, ao agir dessa forma, o interventor coloca o governo central em uma situação delicada: o de permitir uma possível e clara perseguição à Igreja Católica.

A partir da revogação, o *Legionário* na edição de número 94, praticamente um mês após ao claro descontentamento da Igreja Católica com a revogação, no artigo “O maná que o São Paulo espera...” escrito por Henrique de Brito Vianna tece uma crítica direta a gestão de Vargas:

“O Legionário sempre se absteve de tomar atitudes partidária e de criticar os atos ou omissões do governo em suas relações meramente administrativas. Não está em nossa alçada fazê-lo. No que respeita, porém aos problemas relacionados com a educação, temos, por mais de uma vez, tomados atitudes e francamente altivas, uma vez que, em tais assuntos, a nossa consciência não pode, sem pusilanimidade, retrair-se. Está neste caso, a questão do ensino religioso.”¹⁴³

Ou seja, o *Legionário* se posiciona frente a “não ação” de Vargas no que se refere a atitude de Rabelo ao revogar o decreto do ensino religioso. O posicionamento é construído através da edificação do imaginário da educação no Estado de São Paulo, explicando como o estado estava se fortalecendo e sendo pioneiro no assunto e que, com a revogação São Paulo

¹⁴² *O Legionário*, “Está com a palavra o senhor chefe da nação”, 1932, n° 92, p. 1.

¹⁴³ *O Legionário*, “O maná que o São Paulo espera...”, 1932, n° 94, p. 1.

sofre com a falta do ensino religioso, principalmente se comparado com o resto dos estados do país.

A crítica é direta: “A fraqueza do chefe do governo provisório, neste como nos outros casos tem sido alarmante. Não temos um chefe. A nação está acéfala.”¹⁴⁴ Não obstante, o assunto “ensino religioso” só é retomado em agosto de 1933, em um artigo intitulado “Os primeiros frutos”¹⁴⁵, quando surge uma esperança que renasce com¹⁴⁶, e que, com a entrada de Armando Sales de Oliveira como interventor de São Paulo, o ensino religioso seria restaurado nas escolas.

Nos anos que seguem até o Estado Novo, o tópico “ensino religioso” não é retomado com afinco. No ano de 1935 no artigo “Comentando...”¹⁴⁷ o jornal atualiza a situação do ensino religioso, elucidando que houve a instalação do ensino religioso, um ensino na alma e no intelecto, em vários estados e com uma aceitação relevante.

Já no ano de 1936 o artigo “O problema do ensino no Brasil”¹⁴⁸ o *Legionário* critica a falta do ensino religioso no Brasil e as deficiências dos nossos programas educacionais. A crítica gira em torno da falta de planejamento para o futuro da educação, que não visa a formação intelectual da juventude, devido ao excesso de matérias e a forma que se é ensinado – através de decorar e da exclusão das humanidades clássicas como latim.

Porém a crítica que o *Legionário* tece tem um intuito reformista na educação, na luta contra o laicismo e atinge ao governo brasileiro, depositando a expectativa de uma possível resolução: “O presidente da república bem como o ministro da educação e o atual secretário da instrução do Rio, Doutor Francisco de Campos, mostrando-se deveras empenhados em imprimir novos rumos ao problema transcendental do ensino”.¹⁴⁹

O último artigo que será comentado intitula-se “O plano nacional de educação”¹⁵⁰, que discorre sobre a reunião de intelectuais e professores de todos os graus que se reúnem no centro Dom Vital de São Paulo para debater o parecer acerca do plano nacional de educação estabelecido por Gustavo Capanema¹⁵¹, ministro da educação na época. É feita uma crítica nos

¹⁴⁴ Ibid

¹⁴⁵ *O Legionário*, “Os primeiros frutos”, 1933, n° 126, p. 1.

¹⁴⁶ LEC: Liga eleitoral católica

¹⁴⁷ *O Legionário*, “Comentando...” ,1935, n° 171, p. 3

¹⁴⁸ *O Legionário*, “O problema do ensino no Brasil”, 1936, n° 190, p. 1

¹⁴⁹ Ibid

¹⁵⁰ *O Legionário*, “O plano nacional de educação”, 1936, n° 215, p. 1

¹⁵¹ Gustavo Capanema foi ministro da educação do Brasil de 1934 até 1945.

itens que competem ao Estado, à liberdade do ensino particular e à organização do ensino religioso. O interessante é a ênfase que é colocada na necessidade do ensino de história do Brasil para a instrução moral e católica.

O *Legionário*, como jornal oficioso da Arquidiocese de São Paulo, se torna parte essencial para a transmissão da fé cristã através da ação católica para o Brasil, principalmente para o estado de São Paulo. As instituições organizacionais citadas – entre a existência de várias outras – existentes no Rio de Janeiro, as ações das congregações marianas, as resoluções dos congressos eucarísticos, como agir perante os leigos, chegam para os paulistas através do *Legionário*. Logo, a importância de explicar sobre a Ação Católica brasileira, sua natureza, características, a movimentação e consequências no Brasil torna-se necessário para maior compreensão do assunto e como é colocado no *Legionário*.

Capítulo 3 – O Corporativismo e organização do trabalho

Para se compreender a ideia da organização do trabalho pela ótica da Igreja se faz necessário retomar a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, já que é a primeira vez que a Igreja trata da questão social de forma clara e objetiva, oferecendo a solução através do corporativismo, como já foi observado no primeiro capítulo.

No início da década de 1930 a encíclica *Quadragesimo Anno* chegou ao Brasil, retomando e atualizando a *Rerum Novarum*. No Brasil, o Governo Provisório de Getúlio Vargas dava início a um processo de valorização do trabalho até então inédito em sua História. Como explica Gomes:

“É a partir desse momento, demarcado pela Revolução de 30, que podemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. (...) O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.”¹⁵²

A força da organização do trabalho feita por Vargas começa a se estabelecer no Brasil e o jornal *O Legionário* vai destacar momentos em que o governo se aproxima de suas ideias assim como quando encontra pontos de discordância.

No artigo intitulado “Precursor e exemplo”¹⁵³, *O Legionário* comenta sobre a Revolução ocorrida em 1930, que estaria dando início a uma fase da história do Brasil, findando a Constituição de 1891, que, segundo o jornal era danosa para o país. Fica explícito no artigo que a Igreja aguardava uma nova Constituição, que abraçasse os preceitos católicos. O artigo “As reivindicações católicas no momento político nacional”¹⁵⁴ complementa a discussão, debatendo sobre a revolução de 1930 de forma geral, colocando em pauta as reivindicações que a Igreja Católica esperava acerca do momento político.

Além de ocupar metade da terceira página, o artigo demonstra preocupação com a situação do brasileiro inaugurada naquele cenário político de incerteza. A solução que o jornal

¹⁵² GOMES, Angela de Castro, Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p. 55.

¹⁵³ *O Legionário*, “Precursor e exemplo”, 1931, n° 72, p. 1

¹⁵⁴ *O Legionário*, “As reivindicações católicas no momento político nacional”, 1931, n° 75, p. 3

encontra é a volta de Cristo Rei nos lares brasileiros: “Cristo rei, reabilitado em nossos lares e nossa vida pública, eis a grande reinvidicação que o Brasil aguarda.”¹⁵⁵

O artigo reforça que a liberdade dada aos homens por Deus, junto com o homem como um ser racional e dotado de inteligência, que está frente a um libertarismo absoluto: “capaz de fazer com que o homem não tenha mais leis a obedecer e deveres a cumprir se não a sua vontade”.¹⁵⁶ A ideia já explícita pela ação católica da importância de estabelecer a moral cristã no Brasil é reforçada: “A providência divina conduz todo o universo segundo essa lei – fundamento de toda ordenação material e moral do mundo.”¹⁵⁷

O ano de 1931 termina com a inauguração da estátua de Jesus Cristo, no Rio de Janeiro e *O Legionário* tem um artigo de primeira página inteira dedicado a esse fato. O artigo “Christus, Vincit, Regnant et Imperant - Inaugura-se hoje, numa alvorada fervorosa de fé católica do Brasil, o monumento a Cristo Redentor”¹⁵⁸ trata a inauguração como um acontecimento único na América Latina, além disso é enfatizada a extrema importância para a construção da moral cristã existente no Brasil dado como óbvia pela Igreja: “Uma demonstração de fé católica que fará calar, de uma vez para sempre, aos que pretendem negar a profunda catolicidade do nosso povo.”¹⁵⁹

A importância das pessoas que participaram e ajudaram na organização da inauguração, inclusive dos ministros, o que demonstra a cooperação entre Estado e Igreja:

“Percebe-se em tudo isto uma transmutação completa no conceito do laicismo de Estado. O laicismo indiferente, negativista vai dando lugar à cooperação entre o Estado e a Igreja.

Importa, no entanto, salientar que, se estamos hoje nesse estado de verdadeira restauração de nosso passado nacional, devemos-la, em grande parte, a este apóstolo de proa que é D. Sebastião Leme, o cardeal brasileiro. Oxalá a República Nova, que viu a luz com a vinda do Cardeal da Paz, continue a trilhar este caminho de recristianização do Brasil, que é o caminho traçado pela nossa história e pelo sangue dos apóstolos da Igreja.”¹⁶⁰

¹⁵⁵ Ibid

¹⁵⁶ Ibid

¹⁵⁷ Ibid

¹⁵⁸ *O Legionário*, “Christus, Vincit, Regnant et Imperant - Inaugura-se hoje, numa alvorada fervorosa de fé católica do Brasil, o monumento a Cristo Redentor”, 1931, n° 88, p.1

¹⁵⁹ Ibid

¹⁶⁰ Ibid

A ideia de uma Constituinte é ativamente discutida no *Legionário*. Parte essencial de um governo democrático, a Constituição é primordial para o funcionamento de um país democrático e o jornal vai relembrar aos fiéis essa importância.

No artigo “Diretrizes para a futura Constituição”¹⁶¹ o jornal transcreve o discurso de Tristão de Ataíde na sessão inaugural da comissão elaboradora do pré projeto de Constituição brasileira. Em um outro artigo *O Legionário* havia posicionado contra a Constituição de 1891 e isso é reforçado no discurso de Ataíde: “A volta ao regime anterior à Revolução de 1930 não só é indesejável, mas ainda impossível. Indesejável, porque todo retorno histórico é artificial e, portanto, efêmero.”¹⁶²

O discurso de Ataíde reforça a necessidade de reintegração das leis do Estado na realidade da nação, tendo a solução católica como a única que conseguirá organizar a separação entre o governo e o povo. A importância do papel dos católicos nesta situação e do Estado, já que é dele que emana a nação, sendo as leis expressões de todos, não apenas de uma oligarquia.

Além disso, Ataíde reforça o que a Igreja Católica no Brasil vem ditando sobre o Brasil como uma nação que nasceu católica, não havendo justificativa para sua separação frente ao Estado: “Pois bem, uma das causas essenciais dos males que atualmente nos afligem e que há dez anos mantem em sobressalto a nacionalidade, é a separação entre o governo e o povo. Só a solução católica harmoniza os dois poderes (...)”¹⁶³

O Legionário segue em seu discurso sobre a importância da constituição, tanto que no artigo “Como sempre”¹⁶⁴, o jornal deixa expresso que, após a organização da constituição, inicia-se o governo de verdade.

O artigo retoma as ações positivas, referente a Igreja, organizadas durante o governo provisório de Vargas, como por exemplo o ensino religioso e a legislação do trabalho, mas tece uma crítica à falta de organização da Ação Católica brasileira nos assuntos ligados a política e ao interesse da Igreja Católica.

Nos artigos de *O Legionário* percebemos uma concepção muito bem definida acerca da forma como se deve dar a organização do trabalho no Brasil.

¹⁶¹ *O Legionário*, “Diretrizes para a futura constituição”, 1932, n° 109, p. 1 e 4

¹⁶² Ibid

¹⁶³ Ibid

¹⁶⁴ *O Legionário*, “Como sempre”, 1933, n°132 p.1

3.1. O corporativismo

A ideia de uma terceira via entre o liberalismo vigente na época e o comunismo pode ser vista na construção do conceito de corporativismo, que se desenvolve dentro do contexto de discussão da questão social.

O termo corporativismo é discutido por vários pensadores. Henze utiliza o ponto de vista de Mihail Manoilescu em seu livro “O Século do Corporativismo”, que encaixa o corporativismo na morte do liberalismo, na exaustão do socialismo, como uma teoria de organização da vida do homem. Segundo Henze, o momento econômico demonstrava a falência das sociedades liberais, impondo-se uma presença mais dirigista por parte do Estado. Estado esse que não seria nem liberal nem socialista e sim corporativista, colocando o indivíduo como um ser social, dentro das corporações e suas funções sociais e específicas¹⁶⁵.

Já no contexto brasileiro, quando falamos de um corporativismo brasileiro é necessário abordar os movimentos sindicais da década de 30, já que foi através deles que Vargas estabeleceu seu poder, ou seja, o poder do Estado.

D’Araujo define o corporativismo como “O modelo doutrinário que inspirou o sindicalismo brasileiro (...)”¹⁶⁶, uma alternativa para o capitalismo e o socialismo, em que as hierarquias são mantidas desde que as desigualdades fossem diminuídas, para evitar conflito e banir a luta de classes para gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz, com mais poder para o Estado já que a população deveria colaborar com o governo. Já os sindicatos atuariam como modernas corporações que executariam o papel organizador da sociedade para facilitar os interesses do capital e do trabalho.

Araujo discute as condições que permitiram a adoção do corporativismo como estratégia de incorporação política da classe trabalhadora brasileira nos anos 30. A autora examina as condições para a implantação do sindicalismo de reestruturação das relações do Estado e da sociedade, articulado e implementado pelo Estado Varguista:

“O corporativismo, assim concebido, opera como um mecanismo de

¹⁶⁵ HENZE, Hans Herbert M., O Centro D. Vital: Igreja sociedade civil e sociedade política no Brasil (1930 – 1945). Tese (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 1995., p. 99

¹⁶⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina, Estado, classe trabalhadora e os políticos sociais, p. 217

In O Brasil Republicano: O tempo do nacional – estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

controle das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, envolve o atendimento de interesses materiais concretos destas classes e o seu reconhecimento enquanto interlocutor político. Por esta via é possível entender a adesão destas classes ao sindicalismo corporativismo (...)¹⁶⁷

Já Souza traz à luz da discussão o ponto de vista de Alceu Amoroso Lima frente à necessidade do corporativismo para a população brasileira e para a Igreja Católica no Brasil, como uma saída para afastar a sociedade do socialismo e do capitalismo liberal, já que o problema social era palpável e agora, problema do Estado. A saída estava:

“De acordo com a visão da Igreja Católica, para que fosse possível a estruturação de uma doutrina que tivesse por objetivo implementar a legislação social, era preciso abandonar o liberalismo, assumir uma dimensão religiosa e moral da sociedade e criar um novo conceito de democracia de base religioso-corporativa, calcado no princípio de inclusão dos trabalhadores pela via jurídica. Para tanto, era preciso construir uma institucionalidade que se apoiasse em novos mecanismos políticos, expressos nos conselhos econômicos e nos parlamentos profissionais, que realizariam a aproximação necessária às boas relações entre o Estado, os empresários e os trabalhadores.”¹⁶⁸

De forma geral, o corporativismo é implementado no Estado que Vargas instituiu, através do sindicalismo brasileiro. A Igreja Católica, como dito acima, percebe a necessidade da implementação do corporativismo, porém cabe analisar as especificidades e as particularidades de como ocorreu essa ação no Brasil.

3.1.1. O corporativismo no *Legionário*

O Legionário estuda a Encíclica *Rerum Novarum* em três grandes artigos durante o ano de 1931. Foram três artigos escritos pelo próprio Plínio Corrêa, em 11 de janeiro, 25 de janeiro e 8 de fevereiro. Os três juntos analisam a Encíclica inteira e seguindo a ordem dela, com colocações referentes aos pontos principais, sempre sinalizando os que importam para o Brasil.

¹⁶⁷ ARAUJO, Angela Maria Carneiro, *Construindo o consentimento: Corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*, p. 288

¹⁶⁸ SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 155

Na primeira parte, no artigo “A encíclica *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – Parte 1”¹⁶⁹ Corrêa discute o contexto em que a encíclica foi escrita, os assuntos desta e a questão sobre a propriedade particular.

A ideia do jornal é de promover um estudo da encíclica com os leitores do *Legionário*, para explicar a solução da questão operária pelo viés do corporativismo católico. O contexto da encíclica é importante para conseguir compreender as motivações do Papa Leão XIII para escrevê-la, em 1891. Na época, a Europa e o mundo se manifestam quanto as doutrinas socialistas e os males que atingem os indivíduos, família e a sociedade:

“Para nós, essa encíclica se reveste de incontestável atualidade, visto que a causa de todos os males presentes é a nefasta influência do socialismo e do comunismo em que se transforma a sua prática, que desde aquelas épocas acentuadamente agora não deixa de atribular a humanidade (...)”¹⁷⁰

Sendo assim, a ideia de estudo é para conscientizar a população e o Estado no que se refere à cooperação entre patrões e operários, dentro das normas do cristianismo, ou seja, na justiça e na caridade.

Na primeira parte, o jornal afirma que as teorias e práticas filosóficas, juntamente com o progresso das indústrias, o individualismo desenfreado citado por Immanuel Kant enxergado no egoísmo desenfreado, resultou na separação entre os patrões e os operários: os patrões gananciosos, com a força oriunda do capital e os operários separados da Igreja e do Estado, à mercê dos patrões.

Corrêa parafraseia a encíclica e coloca a solução que os socialistas colocam em pauta em discussão: o comunismo e o controle da propriedade privada. Segundo o jornal, tal atitude é uma violação do direito natural do ser humano, já que este necessita da terra para atender as suas necessidades, sendo condição única de sua existência. Além disso, essa solução rouba do homem a possibilidade de salário e de construção de uma família, dificultando a vida em ordem religiosa.

¹⁶⁹ *O Legionário*, “A encíclica *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – Parte 1”, 1931, nº 72, p.2

¹⁷⁰ *Ibid*

Na segunda parte, o jornal discute a relação entre o operário e o patrão com mais ênfase. Segundo Corrêa, sem a religião e a Igreja, nada seria eficaz e que, tanto a classe operária e a capitalista foram criadas para se entender, já que são necessárias:

“Se, como mandam as doutrinas cristãs, cada qual satisfizesse seus deveres, seriam satisfeitos os direitos contrários. Assim, o operário deve trabalhar conforme o contrato, não lesar o patrão, nunca fazer violências, seja pelo que for, evitando os anarquistas que os iludem falsamente. Os patrões, tratar o operário com respeito, concedendo-lhe salário conveniente, zelando pelo seu bem material e espiritual, jamais se lembrando de explorá-lo, roubando-lhe a recompensa devida ao trabalho (...)”¹⁷¹

Deve, então, a Igreja ser o laço de amizade que une patrão e operário, através do exemplo de Jesus Cristo, através de uma aliança de respeito mútuo entre a Igreja e o Estado.

Na terceira e última parte, o jornal analisa essa relação entre Estado e operário, bem como uma solução: as corporações. O jornal sinaliza a importância do campo de ação do Estado dentro da questão social, indicando a necessidade de proteção do Estado para os operários:

“Esta proteção não deve implicar nenhum entrave à liberdade quer do indivíduo, quer da família, mas, devido à sua função e à autoridade de que está investido, o Estado intervirá somente quando de outra maneira não se puder remediar alguma injustiça ou exigência desumana contra os operários, ou quando estes promoverem greves e distúrbios.”¹⁷²

Ou seja, a solução necessitaria respeitar a moral cristã, atribuindo respeito a dignidade em direitos e deveres de prestar homenagem a Deus – ou seja, ter dias livres para cultivar os dias santos e domingos. Cabe assinalar que os patrões devem tomar cuidado por não deixar a mercê da ganância dos bens materiais, os patrões deveriam estar com o coração em Deus, seguindo a moral cristã e respeitando os trabalhadores, por isso a organização da duração do dia de trabalho e a fixação do salário para manutenção da vida do operário, para poder servir a Deus corretamente.

Parte essencial dessa solução gira em torno da organização do Estado: “Neste caso, para evitar alguma intromissão descabida do Estado, seria melhor a existência de corporações que

¹⁷¹ *O Legionário*, “A encíclica *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – Parte 2”, 1931, nº 72, p.2

¹⁷² *O Legionário*, “A encíclica *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – Parte 3”, 1931, nº 74, p. 1

defendessem e protegessem o operariado.”¹⁷³ Dispondo da organização com da corporação através de alguns itens, como: corporações mistas, com regulação da relação entre patrões e operários, defesa das economias, educação elevada, vida espiritual e religiosa dos associados e auxílio aos mais pobres e vítimas de doenças e acidentes.

O Legionário põe em evidência a parte da encíclica que retoma o objetivo da ação católica de cristianização da população e união com os leigos para disseminar a palavra de Jesus Cristo, através da união e do respeito mútuo das classes. Além de expor para o jornal os pontos principais da *Rerum Novarum*, o Centro Dom Vital de São Paulo promoveu uma série de conferências sobre a legislação social da Igreja, em comemoração do 40º aniversário da *Rerum Novarum*, com a participação de intelectuais, que discutiriam três pontos: o operariado católico, a legislação social da Igreja e a organização sindical das classes, confronto com a lei Lindolfo Collor e sobre o direito social da Igreja. O evento ocorreu em São Paulo capital e a entrada para o evento era franca e foi indicada para todos que se interessassem pelo assunto, ou seja, o incentivo feito pela Igreja Católica para o assunto da questão social chegar a mais pessoas possíveis.

Em julho do mesmo ano, *O Legionário* escreve um artigo intitulado LLL¹⁷⁴. Nele, a encíclica de Pio XI, *Quadragesimo Anno* é abordada, dentro do contexto de luta entre o capital e o trabalho, discussão iniciada pela Igreja Católica na *Rerum Novarum*. Na época em que o artigo foi escrito, a encíclica do Papa Pio XI não havia sido divulgado em todos os países, mas é discutida já que alcançou camadas sociais.

O artigo compara o fascismo de Mussolini como um comunismo, já que reduz todas as questões e soluções no Estado e diz que um provável afastamento da ação católica aconteceu já que todos que pensam diferentes deles estão equivocados. Sendo assim, o artigo reduz a luta do capital e do trabalho em três L's: o primeiro seria o da Teoria Lenineana, em que se encontram as forças do coletivismo como o socialismo. O da Teoria Leonina, que é marcada pelo individualismo e encontrado na burguesia do capitalismo e por último a Teoria Leoniana ou cristã, baseada no papa Leão XIII e com fundamentos na encíclica do Papa Leão XIII, a *Rerum Novarum*.

A ideia de expor as teorias ocorre para demonstrar o quão danosas são as duas primeiras para o proletariado, já que:

¹⁷³ Ibid

¹⁷⁴ *O Legionário*, “LLL”, 1931, n° 83, p. 1 e 2

“(...) esse proletariado que já não pode viver, que já não pode viver, que já não pode trabalhar, que já não pode sonhar a não ser nos braços da miséria e nas ante câmaras duma agonia injusta e desumana.

Recristianizemos os nossos costumes, as nossas leis, a nossa alma, reforme-se cada um a si mesmo e somente assim, pondo em prática os conselhos evangélicos da Cátedra de Pedro, poderemos com a salvação de nossa pátria contribuir para a salvação da própria humanidade.”¹⁷⁵

A proposta é demonstrar a superioridade da ideia cristã sobre a questão social. Em um pequeno artigo, intitulado “Os socialistas e Leão XIII”, o *Legionário* afirma que o partido socialista brasileiro considera o Papa Leão XIII socialista. Segundo o jornal, essa atitude comprova como é ineficaz a ideia socialista, já que a encíclica *Rerum Novarum* é o guia cristão na questão social, então: “Mas, uma pergunta: se Leão XIII era socialista, por que razão os socialistas não adotam e não seguem os ensinamentos sublimes de sua obra “socialista” - a *Rerum Novarum*?”¹⁷⁶, o autor contextualiza o corporativismo internacional: o de Salazar em Portugal e Mussolini na Itália.

Com a queda das instituições liberais, segundo o jornal, os governantes acima citados executam uma organização corporativa adaptada a seus países, com a intervenção do Estado sendo positiva para o funcionamento das corporações e sem atrapalhar a iniciativa privada nos países específicos, intervindo apenas quando necessário. O autor chega à conclusão de que: “Vê-se por aqui que ambos os chefes conduzem os seus governados para o Estado em que as duas classes antagônicas de Marx são substituídas por organizações profissionais harmônicas”¹⁷⁷ e complementa que: “As encíclicas sociais de Leão XIII e Pio XI tratam longa e profundamente e preconizam a formação das corporações...”¹⁷⁸.

Ainda no mesmo ano, 1934, *O Legionário* discute a divergência entre os corporativismos existentes. Segundo o jornal, a diferença primordial consiste na origem do corporativismo, se vem de cima ou de baixo, já que corresponde à diferença entre o socialismo e o catolicismo:

¹⁷⁵ *O Legionário*, “LLL”, 1931, n° 83, p. 2

¹⁷⁶ *Ibid*

¹⁷⁷ *Ibid*

¹⁷⁸ *Ibid*

“(…) a corporação emana do Estado ou da iniciativa particular, o ‘Estado corporativo’ ou ‘Sociedade corporativa.

Para todo católico ortodoxo, é evidente que a pessoa, a família e a sociedade particular não são criações nem simples dependências do Estado.”¹⁷⁹

O jornal continua explicando que na Encíclica *Quadragesimo Anno*, são reconhecidas as vantagens do Estado corporativo, desde que o Estado seja auxílio. O artigo termina afirmando a importância e mesmo a necessidade de implantação do corporativismo no Brasil.

Em modo comparativo, no artigo “Corporativismo” do ano de 1937, *O Legionário* afirma a capacidade do corporativismo existir em vários modelos de governo – do democrático ao monárquico - e que, os católicos são o grupo mais óbvio que apoie o corporativismo. Os católicos ao apoiarem o corporativismo, estariam apoiando uma reforma econômica e social em prol das sociedades humanas.

Além disso, o artigo questiona a qual seria a posição dos católicos perante a organização corporativa do Brasil. E a resposta consiste na orientação de que todos os católicos devem apoiar as iniciativas de caráter oficial que coincidem com o pensamento social da Igreja, mesmo caso a posição do governo desagradar, o autor pontua a importância de sempre reinar a caridade.

3.2. O trabalho no *Legionário*

Como afirmado anteriormente, a utilização das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* em artigos do jornal *O Legionário* é parte necessária para compreensão do funcionamento da ideia do mundo do trabalho no jornal. A base corporativista construída nas encíclicas difere e aproxima do corporativismo visto no governo Vargas. Sabendo disso alguns temas serão analisados nesta parte: como o jornal *O Legionário* conduzia a relação da Igreja Católica com o Estado e com Getúlio Vargas, além de comentários acerca das eleições que estavam sendo organizadas para ocorrerem no início da década de 30, em seguida analisaremos como a Ação Católica é inserida no meio trabalhista e por último a relação da Igreja com a ideia de sindicato.

¹⁷⁹ *O Legionário*, “Precisões sobre Corporativismo, Integralismo, Trabalho... etc.”, 1934, n° 145, p. 1

3.2.1. A Igreja Católica e a política no governo Vargas

No artigo “Au dessus de la mêlée¹⁸⁰”, o jornal aponta a importância da discussão que estava acontecendo na assembleia constituinte e a dificuldade de organizar um Estado como um dos principais temas para a composição da constituição. O artigo sinaliza que somente a Igreja Católica refletiu sobre a importância dos problemas referentes à organização da família, da vida econômica e do ensino, que o meio público e a imprensa ficou alheia a este assunto, demonstrando o desinteresse de tais quando se trata da organização de uma constituição justa.

Além disso, o artigo comenta sobre a situação política paulista, mas evita se intrometer nela e na política brasileira:

“Todo o mundo conhece a nossa atitude: fora e acima dos partidos. Defendendo sempre a ordem e a legalidade, devemos, isso sim, combater as oposições que apelam para os meios revolucionários. E sempre por questão de princípio. Mas quanto aos partidos, nada nos interessa. Nunca terçaremos armas por este ou aquele, nem os combateremos, salvo quando os seus princípios sejam hostis à Igreja. No momento das eleições, aguardaremos o pronunciamento da Liga Eleitoral Católica, prontos a votar no candidato que ela indicar, pois esta indicação significará a adesão plena e sincera aos princípios católicos, do candidato apresentado aos nossos sufrágios.”¹⁸¹

O artigo continua reforçando a importância do desenvolvimento de um trabalho para reabilitar a política brasileira, e:

“Para isso é preciso, em primeiro lugar, lutar pelas reivindicações religiosas em defesa da família, da educação e da Igreja. E, em segundo lugar, destruir os falsos ídolos e os dogmas do democratismo liberal, como sejam a soberania absoluta do povo e o sufrágio universal, a autonomia do indivíduo e o abuso das liberdades, as prevenções contra um Estado forte realmente capaz de assegurar a ordem social, etc.”¹⁸²

No artigo “Liga Eleitoral Católica”¹⁸³, o jornal já apontava a importância e da necessidade da participação católica nas eleições. A formação da LEC ocorre no ano 1932, para

¹⁸⁰ *O Legionário*, “Au dessus de la mêlée”, 1934, n° 144, p. 1

¹⁸¹ *Ibid*

¹⁸² *Ibid*

¹⁸³ *O Legionário*, “Liga Eleitoral Católica”, 1932, n° 69 p.1

poder fortalecer a doutrina social católica nas eleições que, na teoria, aconteceriam no ano de 1933. Segundo o artigo, o surgimento de vários partidos políticos no Brasil veio junto com a negação da existência da LEC pelos adversários, o que demonstra o poderio e o medo dos outros frente a força da Igreja Católica no Brasil.

Em 1933, o jornal dedicou um artigo sobre ao novo código eleitoral. O artigo coloca em discussão os pontos que julgaram mais importantes: o voto secreto e o voto feminino, sendo este último importante ser discutido.

O artigo coloca em pauta se as mulheres católicas iriam votar com a mesma vontade que as mulheres ateias e estudiosas de filosofia. Direciona, então, a necessidade de votar como um dever, para evitar os dois males que poderiam acometer na sociedade brasileira: o divórcio, que resultaria na extinção da família e no ensino leigo, que acabaria com o ensino honesto no Brasil.

Com o intuito de buscar uma orientação, a leitura do boletim da LEC é de extrema valia:

“Para evitar mal entendidos e dúvidas sobre nossas intenções da – Liga Eleitoral Católica - devemos declarar que não pretendemos pleitear a união da Igreja com o Estado. A ação católica, em que estamos empenhados, visa a união da Igreja com a Nação, com o povo, com as várias atividades sociais do homem, afim de informá-las do espírito do verdadeiro cristianismo.”¹⁸⁴

Além disso, o artigo pontua a importância de a ação política acontecer dentro dos limites da ação religiosa, seja no caráter negativo: como forma de barreira da descristianização das leis e na defesa do indivíduo, e no caráter positivo: encaminhar energias novas e difundir os princípios formadores da doutrina de Cristo e da Igreja nos indivíduos.

No ano de 1935, no artigo “Mensagem”¹⁸⁵, o jornal trata da mensagem que Vargas deixa na inauguração do Congresso Nacional. O jornal analisa a mensagem e o próprio Vargas no seu íntimo religioso, algo que o artigo não chega a uma conclusão finda, mas atesta a simpatia do presidente com as reivindicações católicas. Comprovando essa atitude em seu discurso de abertura do ano de 1936, *o Legionário* analisa a dicotomia que Vargas cria e explica entre o catolicismo e o comunismo, com então presidente colocando-se do lado das tradições cristãs:

¹⁸⁴ “*O Legionário*, “Os novos deveres dos eleitores católicos”, 1933, n° 111, p.1

¹⁸⁵ *O Legionário*, “Mensagem”, 1935, n° 171, p.1

“Não nos interessa se o Sr. Getúlio Vargas é, ou não é sincero, nos elogios que tece ao cristianismo. O que nos interessa é que, no momento atual, ele é o detentor da suprema autoridade no Brasil, é o detentor da suprema autoridade no Brasil, é o homem em cujas mãos a Constituinte colocou todos os elementos necessários para jugular a rebelião, e o homem que se oferece para com nossa colaboração, cumprir seu dever de guardião da nacionalidade. E, portanto, só vemos para todos os verdadeiros patriotas, um caminho: o de prestigiar a autoridade constituída, contra o bando de malfeitores cujo braço foi armado por Moscou contra o Brasil.”¹⁸⁶

Além desta afirmação, o jornal reforça a importância da Ação Católica. Nela estaria a solução verdadeira do mal que é o comunismo.

No ano de 1937, O *Legionário* tece uma palavra de orientação para a eleição presidencial, no artigo intitulado: “Os católicos e a sucessão presidencial”¹⁸⁷. O primeiro ponto colocado no artigo é acerca da situação da Igreja Católica no Brasil, havendo a necessidade da dispor de posições estratégicas da doutrina católica: no jornalismo, no rádio, no cinema e na necessidade da criação de uma Universidade Católica para a existência de elites católicas.

O autor critica a forma de trabalho dos católicos:

“Mas, no lugar de procurar a conquista destes importantíssimos pontos estratégicos, o que equivale a dizer que tentam a conquista religiosa dos 40 milhões de brasileiros pelo sistema ingrato do conta-gotas. Procuram atrair para a Igreja a imensa massa de nossa população, fazendo-a passar pelo funil excessivamente estreito de uma propaganda meramente individual.”¹⁸⁸

Segundo o autor, a ideia de a Igreja colocar-se nos lugares estratégicos é necessária para conquistar o Brasil, principalmente para evitar que o mal do comunismo se espalhe mais ainda pelo país.

Na edição de número 261, O *Legionário* traz um artigo acerca do discurso de Vargas no feriado da independência do Brasil. O artigo inicia com o jornal ciente do forte poderio político de Vargas e, no que tange ao rumo do Brasil, expõe o questionamento se Vargas irá cumprir a constituição e sair do governo ou que a revogará, para melhor organização da vida política do país, estando a opinião pública como mera expectadora frente a situação política brasileira.

¹⁸⁶ O *Legionário*, “1936: ano de luta”, 1936, n° 188, p.1

¹⁸⁷ O *Legionário*, “Os católicos e a sucessão presidencial”, 1937, n° 251, p.2

¹⁸⁸ Ibid

No artigo, que ocupa a primeira página inteira da edição de número 265, *O Legionário* se posiciona como um jornal extra e não oficial da Arquidiocese, reflete as posições do então diretor Plínio Côrrea que segue os princípios e ordens da doutrina católica. O documento emitido pelo jornal no artigo em questão tem como intuito:

“Este documento não é uma lição que pretendemos dar, mas uma explicação que oferecemos para estimular a solidariedade dos que nos aplaudem, esclarecer o espírito dos que nos combatem de boa fé e aguilhoar a consciência dos que nos hostilizam de má fé.”¹⁸⁹

Para isso, o jornal divide o artigo em tópicos: os princípios, que consta os princípios da Igreja Católica frente a realidade das sociedades, explicando o local do catolicismo na política e os fatos, referindo-se a política brasileira.

O jornal aponta seis princípios. O primeiro é sobre a necessidade da busca do reino de Deus e a sua justiça, visando a formação de uma civilização cristã. O segundo princípio refere-se ao fim que a Igreja Católica e o Estado devem ter: o mesmo, a Igreja deve conduzir os homens para a felicidade eterna e o Estado deve ter como fim a felicidade temporal dos indivíduos. A Igreja Católica tem como o fim o melhor e mais elevado, e o Estado não pode desviar o homem do fim supremo para o qual a Igreja conduz toda a humanidade.

O terceiro princípio diz respeito a importância de instaurar as coisas em Cristo, ou seja, do Estado estar ligado à doutrina Igreja Católica:

“Mas se Estado católico quer dizer um Estado, seja qual for a sua forma, que reconheça na Igreja uma sociedade perfeita superior tendo por fim a salvação das almas, que lhe assegure plena liberdade para cumprir sua missão, que organize todo o seu equipamento político tendo em vista a necessária subordinação de seu fim da Igreja, que penetre todas as suas leis com espírito de justiça e caridade para se sujeitar à lei de Cristo a qual todos os homens são obrigados.”¹⁹⁰

No quarto princípio, o artigo pontua três motivos que geram um Estado católico: o primeiro motivo ocorre quando o Estado reconhece que a Igreja é portadora da verdade, dando-

¹⁸⁹ *O Legionário*, “Posição do *Legionário* em face da política brasileira”, 1937, n° 265, p. 2

¹⁹⁰ *Ibid*

lhe plena liberdade para ação de salvação das almas; o segundo motivo acontece no momento em que o Estado ajuda a Igreja a desenvolver seu objetivo, sendo favorável a ação católica e o terceiro motivo ocorre no tempo em que o Estado ajuda na organização da sociedade e suas relações segundo os princípios da doutrina católica. O quinto princípio corrobora com tudo dito até então no artigo, através de um trecho da filosofia do papa Leão XIII, na encíclica “*Immortale dei*”, onde é dito que a inspiração da sociedade moderna está no Evangelho católico.

Por último, o sexto princípio, como diz o próprio título “Política especificamente católica, não. Mas fundamentalmente católica” trata de que, para reproduzir um Estado Católica no século XX é necessário seguir os princípios comentados acima e as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesima Anno*, que determinam o modo de aplicar as normas fundamentais de justiça e caridade nos Estado de Igreja.

A parte dos fatos inicia com a exposição do ideal do Estado Católico na política brasileira. É comentado sobre a política brasileira de uma forma breve e através dos partidos e ideologias existentes, para interrogar ao leitor como seria possível um Estado Católico no Brasil e estando a resposta na necessidade de se falar da doutrina católica, para construção de uma civilização católica.

Após isso, o artigo repete o que já foi dito outras vezes no *Legionário*: que não se toma nenhum partido, mas que não se renuncia da política, até porque somente a Igreja Católica poderia salvar o povo brasileiro, algo que a Ação Católica é capaz de cuidar na sociedade brasileira através de aspectos fundamentais à sociedade na política, economia e principalmente na moral.

No que se refere ao jornal, o artigo diz que não compete ao *Legionário* tomar nenhum partido ou corrente de ideologia já que não há uma grande corrente que siga o caminho católico, estando o jornal livre para opinar e colaborar na formação da opinião política dos católicos, indo além da opinião e alcançando o campo da construção através do ensinamento da aplicação dos princípios católicos, com o objetivo de colocá-los com veemência na sociedade brasileira.

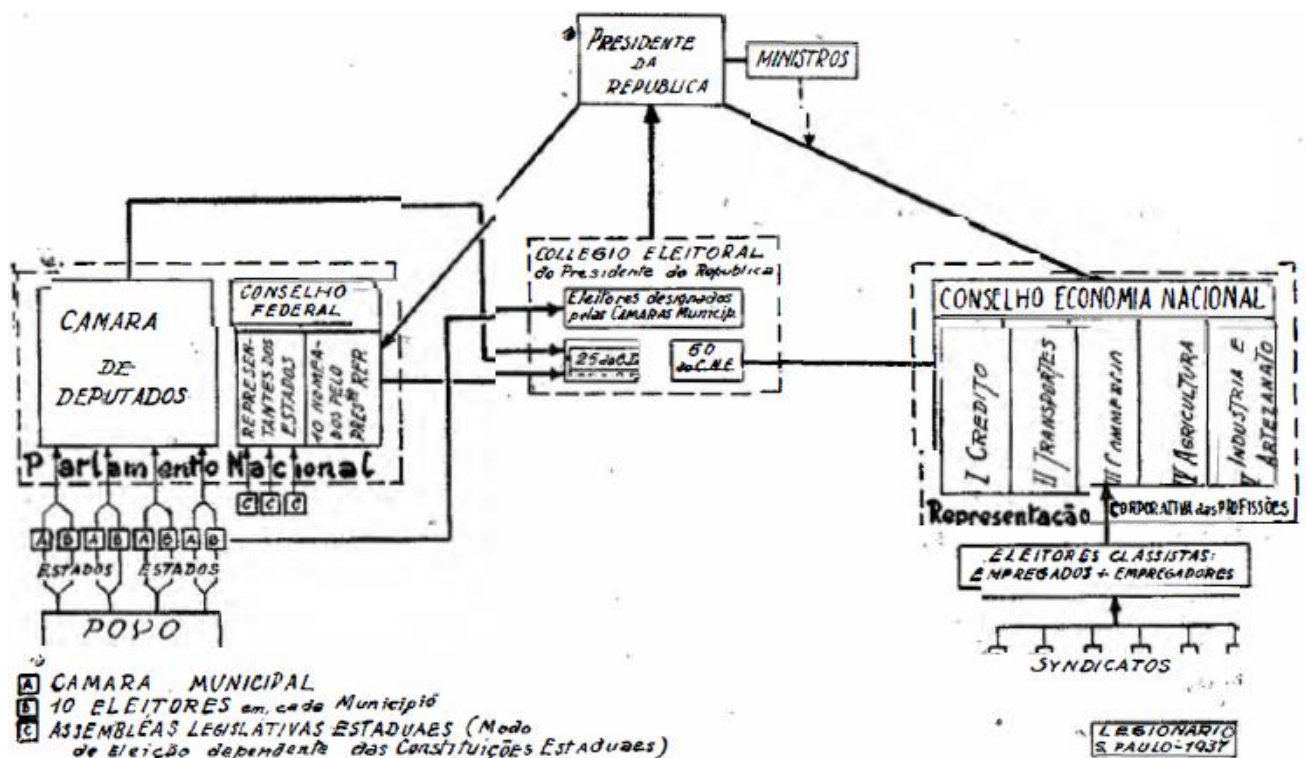
No que diz respeito à política, o artigo conjectura como os homens e partidos do Brasil poderiam auxiliar na construção de uma grande nação católica. Um ponto seria a importância de fazer frente ao que é chamado por eles de perigo em comum de todos os homens: o comunismo. Além disso, cabe a todos entenderem que:

Para a grandeza futura do Brasil, a contribuição da Igreja em suas diretrizes de ação católica, será de tal forma essencial e decisiva, que não será perder tempo em discussões bizantinas, proclamar clara, positiva e decididamente que só pelo catolicismo e pelos católicos como tais, poderão ser resolvidos os mais graves problemas do Brasil moderno.”¹⁹¹

Cabendo ao *Legionário* a construção de um guia para os seus leitores com o intuito de mostrar as qualidades e os defeitos dos partidos políticos brasileiros. O artigo finaliza frisando a necessidade da Ação Católica brasileira e não da formação de um partido católico no Brasil.

O regime ditatorial de Vargas, o Estado Novo, iniciou-se em 10 de novembro de 1937. Logo o *Legionário* se posicionou quanto a organização do Estado, em um artigo, apresentando aos leitores do jornal um esquema do governo depois da nova constituição.

Figura 1 – Esquema do governo ditatorial de Getúlio Vargas em 1937



192

O jornal explica as mudanças através deste esquema e um texto corrido sobre o assunto. Inicia com a percepção do fim da divisão dos três poderes criado por Montesquieu:

¹⁹¹ Ibid, p. 3

¹⁹² *O Legionário*, “Organização do Estado Novo”, 1937, n° 271, p. 1

“Não vemos mais, na atual organização do Estado brasileiro, aquela rígida simetria da ‘separação dos poderes’: legislativo, executivo e judiciário, independentes entre si. O Presidente da República, chefe do executivo, é considerado órgão de colaboração do Poder Legislativo, função que exerce igualmente o Conselho de Economia Nacional.”¹⁹³

A criação do Conselho de Economia Nacional, diz o artigo, consiste em um passo importante para a construção do corporativismo no Brasil, que começou na Constituição de 1934 e, segundo o próprio presidente, a divisão classista perdeu o propósito e começou a servir de disputas políticas.

Porém, a grande inovação é a eleição indireta, algo que o jornal explica que ocorria durante o Império. Tal inovação ajuda a compreender que:

“Concluindo, devemos notar que o novo Estado brasileiro, mantendo a forma federal e representativa, tem uma base municipalista e corporativista, que o distingue nitidamente das instituições políticas estabelecidas em 1891 e 1934”¹⁹⁴

Na mesma página, o *Legionário* expõe um resumo das leis da nova Constituição de 1937 que interessam aos católicos. Dois princípios católicos de maior relevância são tratados: a proibição do divórcio e o ensino religioso.

O artigo opera de forma comparativa com a constituição de 1934. O primeiro ponto é a relação do Estado com a Igreja, se na de 1934 via-se um regime de cooperação entre ambos, a de 1937 não define nada em relação a este assunto, estando a Igreja respaldada através uma lei que vai gerir a regulamentação. Segundo o artigo, a opção é acreditar que os poderes públicos irão compreender e manter as boas relações com a Igreja Católica e seus pedidos. Além disso, na constituição de 1937 nada consta sobre o divórcio, sobre o trabalho das capelanias que existiam nas forças armadas e sobre o serviço militar. Em contraponto, a constituição de 1937 mantém a proibição do divórcio e reforça a importância do ensino para as crianças: “A constituição de 1937 se avanta muito sobre a de 34 quando reconhece que ‘a educação integral

¹⁹³ Ibid

¹⁹⁴ Ibid

da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais.’ (art. 125), garantindo a estes o apoio do Estado.”¹⁹⁵

Ainda sobre o ensino, o artigo elogia a implementação do ensino profissional e sobre o ensino religioso diz que:

“O ensino religioso é mantido com caráter facultativo em escolas primárias, secundárias, profissionais e normais, constituindo, nessas escolas, matérias do curso ordinário. Daí se conclui que alguém poderá ser promovido sem obter aprovação em Religião, o que não existia na Constituição de 34 e é excelente.”¹⁹⁶

Um panorama do ponto de vista do jornal pode ser traçado: uma abstenção do Legionário de posicionamento no que tange a forma que Vargas encaminhou o governo dele como presidente, respaldado no bem-estar dos cristãos que se baseia nas políticas cristãs que constroem uma sociedade digna para o homem católico.

3.2.2. A Ação Católica no trabalho brasileiro

O artigo “A Ação Católica entre os operários de São Paulo”¹⁹⁷ trata do bairro do Ipiranga e seus moradores, com ênfase na existência da ação católica em torno dos bairros industriais, sendo a Paróquia do Ipiranga uma paróquia operária.

Figura 2 - Os operários na Igreja do Ipiranga

¹⁹⁵ *O Legionário*, “A Igreja e o Estado na Constituição”, 1937, n° 271, p. 1

¹⁹⁶ *Ibid*

¹⁹⁷ *O Legionário*, “A Ação Católica entre os operários de São Paulo”, 1934, n° 151, p.1



198

A Igreja do Ipiranga contém um grande salão denominado São Pedro, com palco e bem localizado. Isso é importante já que as festividades da paróquia aconteciam lá, o que atrai e mantém os paroquianos. Para corroborar, a existência da Escola Paroquial adiciona ao atender as necessidades da Paróquia. Além disso, há a existência da creche e do Dispensário “Catharina Labouré” com a função de atender os filhos e filhas das operárias, com berços, assistência médica e escolar.

No que compete à catequização, a paróquia contava com quatro grupos distribuídos em diferentes pontos do bairro. Porém, o principal movimento é da ação católica feminina, organizado pela Juventude Operária Católica - JOC. O movimento ocorre como: “(...) um verdadeiro apostolado no meio operário feminino dos nossos grandes bairros industriais”.¹⁹⁹ A ideia principal do movimento consiste em elevar: “(...) o nível moral e espiritual da classe

¹⁹⁸ Ibid

¹⁹⁹ Ibid

operária, aperfeiçoando, assim, a família operária nos seus costumes e educação, dignificando-se em face da sociedade e santificando-a diante de Deus.”²⁰⁰

Além disso, o grupo mantém estudos de catecismo e de corte e costura, mas principalmente as operárias recebem: “(...) conselhos instrutivos sobre questões de moral, religião e família, residindo nesse caráter de sua ação, aliado às visitas que as ‘jocistas’ fazem as famílias operárias, a grande força influente da JOC no meio em que age.”²⁰¹ O artigo mostra a ação católica direta com as operárias de São Paulo, tanto para instruí-la quanto para servir de distração do trabalho intenso nas fábricas.

Dando continuidade a esse assunto, o artigo “O que faz a Ação Católica pelos operários” traz à tona a questão social, cita a *Quadragesimo Anno* e a importância de trazer o operariado para a Igreja. O artigo inicia-se com um apelo de Rubens Porto, que segundo o artigo era amigo dos operários, engenheiro do Ministério do Trabalho e presidente da CNOC - Confederação Nacional de Operários Católicos, um homem a serviço dos operários que estão buscando justiça e caridade frente à patrões egoístas.

O Legionário comenta neste artigo que havia vários patrões que nem católicos poderiam ser chamados, já que não escutavam nem atendiam os direitos e as necessidades de seus operários. O jornal complementa a problemática que é os trabalhadores que não possuíam acesso a saúde e a falta de acesso a moralidade, o que atrapalha os operários serem homens. Sendo assim, o CNOC traz assistência aos operários, principalmente no que tange amparo judicial. A ideia é proteger o operário, por quê: “Tudo isto nos leva a realizar um dos nossos mais elementares objetivos. Bem sabe V. que não podemos deixar de lado a preocupação de reerguer o nível de vida do trabalhador, sob pena de deixarmos de lado as próprias palavras do Papa na Encíclica *Quadragesimo Anno*.”²⁰² Afinal, segundo o artigo, se deixar os leigos acreditarem que a Igreja Católica está do lado do capitalismo, nenhum operário que passa pelas necessidades fabris irá chegar perto de Deus.

3.2.3. O sindicalismo no *Legionário*

²⁰⁰ Ibid

²⁰¹ Ibid

²⁰² *O Legionário*, “O que faz a ação católica pelos operários”, 1936, n° 202, p. 1

São quatro artigos que chamam atenção no que se refere ao assunto chave do corporativismo: o sindicalismo. Eles estão expostos nos anos de 1930, 1934 e 1937, ou seja, em anos significativos e marcantes para o governo de Vargas.

O artigo do ano de 1930, intitulado “Sindicatos operários”²⁰³ retoma a encíclica *Rerum Novarum*, atribuindo a importância do homem se reunir a fim de defender seus interesses e se socorrerem, sendo um direito natural do homem essa possibilidade. Segundo o artigo, o Brasil deveria estar pronto para seguir as ordens de Leão XIII frente a necessidade das associações para os operários católicos, ordens essas que já tratamos no primeiro capítulo dessa dissertação.

O primeiro artigo de 1934 começa descrevendo sindicato como “qualquer associação profissional de patrões e operários”²⁰⁴ para poder responder se é verdade que os católicos são contra a ideia de um sindicato único:

“Em tese, os católicos são ou deveriam ser pelo sindicato único oficiado e jurídico, mas sem monopólio ou proibição de outros sindicatos livres, não jurídicos, nem de associações livres com fins extraprofissionais, religiosos e culturais.

Na prática, variam as posições conforme as circunstâncias exigem a aplicação do princípio em tal ou tal sentido.”²⁰⁵

O autor corrobora sua ideia citando a *Quadragesimo Anno*, quando se trata da união de um corpo social visando o bem profissional. Já que, de acordo com o artigo, o regime corporativo descrito pelo Papa Pio XI não divide as ideologias, e o bem comum das profissões tem que estar em harmonia com o bem do Estado. Quanto ao sindicato, este deve estar ligado ao municipal, não devendo ao Estado infligir organização oficial e sim atender aos desejos dos membros de acordo com o bem comum.

A ideia da não existência de um monopólio no sindicalismo oficial é vital, já que não se deve impossibilitar a livre associação entre operários. O artigo explica que é necessário esse cuidado, devido ao regime fascista e ao seu sindicato monopolizador. Além disso, o autor prevê como poderia ser com o monopólio: um perigo da burocracia e na política, além da uma estagnação sindical.

²⁰³ *O Legionário*, “Sindicatos operários”, 1930, n° 70, p. 1

²⁰⁴ *O Legionário*, “Sindicato único?”, 1934, n° 148, p. 1

²⁰⁵ *Ibid*

O segundo artigo de 1934, intitulado: “O sindicalismo católico”, consiste em uma entrevista com Benedito Vaz, secretário geral da AUC - Aliança Universitária Católica e do Centro operário católico metropolitano. É averiguado a opinião do secretário sobre os movimentos grevistas no Brasil, que diz que: são várias as circunstâncias que cooperam para o descontentamento do operariado, mas que seriam principalmente o sistema liberal econômico, a propaganda de ideias subversivas tais como o liberalismo e o comunismo.

O jornal questiona Vaz se a constituição de 1934 no que tange aos sindicatos e as greves têm relação, e o secretário responde que:

“A constituição de 16 de julho libertou o proletariado, principalmente o católico, da tirania do sindicato único, que era a tirania dos 30, isto é, dos primeiros que formassem uma dessas organizações de classe, fato que lhes dava os poderes mais absolutos sobre os demais. Entenda-se que não sou contra o sindicato único num regime de Estado forte e organização social corporativa.”²⁰⁶

Sendo assim, o secretário conta o que se tem feito no COCM para trazer os operários católicos em sindicatos unidos: núcleos organizados em prol de um bem.

O último artigo do ano de 1937, intitulado “Pluralidade sindical” trata de a solução da sociedade contemporânea residir na volta dela para a Igreja Católica. Já que os homens caíram nas coisas mundanas, invertendo sua prioridade, preocupados com o prazer, tornando-se: “(...) cruéis opressores, dispostas a ‘gozar a vida’, ainda que em detrimento da justiça e da caridade.”²⁰⁷ Enquanto outros caíram na ideia de revolução e jogaram-se nos bens da burguesia, segundo o artigo.

Como solução, o autor conclui que:

“Só a Igreja Católica reconduzindo os homens à doutrina de Cristo é capaz de dar remédio a essa crise das almas. Aos patrões, ela ensina que não é proibido argumentar justa e devidamente a própria fortuna, sempre com e devido respeito à lei Deus, salvo os direitos do próximo e desde que os bens se empreguem segundo os princípios da fé e da reta razão. E os operários devem ser considerados por eles como diz Leão XIII, ‘não escravos, mas homens enobrecidos pelo caráter de cristãos’. De outro lado os operários devem

²⁰⁶ *O Legionário*, “O sindicalismo católico”, 1934, n°155, p. 1

²⁰⁷ *O Legionário*, “Pela pluralidade sindical”, 1937, n°239, p. 2

respeito a pessoa e aos bens dos patrões e na realização fiel do trabalho para que foram contratados.”²⁰⁸

A Igreja seria o elo de harmonia entre as classes. E ela afirma a necessidade do operariado se estruturar em organizações profissionais católicas: os sindicatos confessionais, para assim o operário e o patrão conseguirem resolver a questão social.

O jornal continua reforçando a necessidade da formação dos sindicatos confessionais, já que: “(...) num estado laico o sindicato único, seria necessariamente leigo e a Igreja aceita a pluralidade sindical, onde ela for necessária.”²⁰⁹ O artigo conclui que a pluralidade sindical vê como garantia a existência do sindicato católico, que é uma das poucas chances de afastar o comunismo no Brasil.

Os quatro artigos que tratam do sindicalismo orbitam na importância do sindicalismo único, acompanhando os momentos marcantes do governo de Vargas. Sendo a união dos operários um direito natural do homem, a Igreja Católica, segundo o *Legionário*, defende a organização dentro de um sindicato único, sem monopólio ou proibições. A base da defesa são as encíclicas cristãs: *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*.

²⁰⁸ Ibid

²⁰⁹ Ibid

Considerações finais

A utilização de jornais na construção da História é algo recorrente. O jornal *O Legionário*, conforme os anos foram passando desde a sua inauguração, se tornou cada vez mais organizado, exercendo cada vez mais influência na população paulista. O jornal sempre se mostrou fiel as palavras do papa da época e dos anteriores, ou seja, fiel as palavras das Igreja e seus ensinamentos.

O estudo das Encíclicas papais dentro do jornal é feito com intensidade, com ênfase nas discussões do corporativismo, encaixando no trabalho brasileiro. Por isso a necessidade do capítulo 1. A encíclica *Rerum Novarum*, escrita pelo Papa Leão XIII e lançada em 1891 e a encíclica *Quadragesimo Anno*, escrita pelo Papa Pio XI e lançada em comemoração dos 40 anos de *Rerum Novarum*, em 1931, trazem à tona a discussão sobre questão social dos trabalhadores europeus, propondo uma solução corporativista e pelo ponto de vista de doutrina católica.

A *Rerum Novarum* coloca em pauta o contexto do conflito para pontuar a necessidade de trazer os homens para dentro da Igreja Católica. O afastamento do homem da Igreja deve-se a falta de tempo dos trabalhadores e a ganância dos patrões, oriunda de um liberalismo decadente e da ascensão de ideias errôneas, como o socialismo.

A ideia de trabalho perpassa toda a encíclica, já que a propriedade privada é um direito natural do homem, que é o chefe de família e precisa cuidá-la com prioridade. Então, o trabalho tem como fruto uma propriedade. E com a disputa entre o patrão e o operário, e deve-se ser solucionada com a concórdia das classes, já que ambos possuem diferenças naturais e que o trabalho é algo natural aos homens. É necessário o estabelecimento do papel de cada um dentro do contexto de trabalho, sem criar uma disputa. E, é através dos ensinamentos cristãos que se encontra a solução da questão social.

A *Rerum Novarum* coloca o papel de cada um dentro da solução da questão social. O Estado deveria ser espaço de harmonia e justiça social, cumprindo um papel de organizar uma nação próspera, com famílias cristãs, assegurando a propriedade privada. O Estado tem como encargo proteger a alma e a vida do operário, para que ele não ultrapasse e se perca no que mais deve importar para ele, a sua família. O patrão e o operário devem trabalhar juntos, o

estabelecimento da fixação do salário, a existência das corporações operárias e a caridade em prol do bem comum.

A *Quadragesimo Anno* retoma os pontos principais da *Rerum Novarum* e reforça a solução da questão social basear-se na religião e na Igreja Católica. A encíclica também mostra os benefícios da *Rerum Novarum*: a importância no campo doutrinário e na prática, a colocação na autoridade civil, vir do Estado a prosperidade da nação e dos indivíduos e o fato das associações operárias católicas estarem prosperando.

No capítulo 2 é trabalhado a Ação Católica no Brasil e seus métodos de intervenção. No *Legionário* a discussão sobre a ação católica até sua organização é intensa, tanto que em determinado momento todas as edições do jornal possuem uma coluna intitulada: Ação Católica, afinal, para o *Legionário* a ação católica é o guia da consciência moral dos fiéis.

A Ação Católica como ações que partiram de uma instituição, tem como princípios a ideia da salvação do espírito e o intuito de alcançar mais fiéis. Retomando o que Leão XIII pontua na *Rerum Novarum*, pode-se ver a Ação Católica como a solução para a introdução da moral cristã e da questão social na sociedade.

No Brasil, segundo o jornal, é visto a força das congregações marianas como manifestadoras da ação católica, uma forma que adentra congregações operárias e de estudantes, pontos-chaves para a proliferação da moral cristã na sociedade brasileira. Além disso, os congressos eucarísticos mostram a força que é desempenhada para que a Ação Católica aconteça. O jornal expõe todos e com detalhes.

No que se trata da ação católica de grupos e indivíduos, ao analisar as ações cotidianas destes percebe-se uma atenção na costura de ações entre as Ações Católicas, com o intuito de demonstrar o quão importante é ser parte da Igreja Católica e em como existe a preocupação com os fiéis. Um exemplo é o cuidado com os enfermos.

Já no que tange o ensino religioso, o *Legionário* acompanha o embate que a Igreja Católica trava para a manutenção do Ensino Religioso: a implementação do ensino religioso facultativo no decreto de número 19941, sua revogação e tentativas de volta do ensino. Além disso, o jornal tece comentários acerca a Constituição de 1891, na qual várias críticas relacionadas ao laicismo do Estado reverberar na população se afastar da doutrina católica. Complemento disso é a necessidade do ensino religioso – vale pontuar que em nenhum

momento o jornal coloca um ensino religioso obrigatório, ao contrário, aceita com gratidão o ensino religioso facultativo.

No capítulo 3, uma análise do Corporativismo – definições do conceito e como a Igreja Católica observa o corporativismo no governo do Vargas. Além disso, a organização do trabalho durante o governo de Vargas também é colocada em pauta.

O corporativismo colocado como solução da questão social, surge como vertente entre o liberalismo e o socialismo. Dentro do contexto brasileiro, o sindicalismo é a forma que se manifesta a compreensão do corporativismo. *O Legionário* realiza um estudo da *Rerum Novarum* para explicar a solução da questão operária pelo viés do corporativismo, além de discutir sobre o sindicalismo único, sem monopólios ou proibições por parte do Estado, utilizando a encíclica *Quadragesimo Anno* para corroborar com essa ideia.

O Legionário reforça a importância do estabelecimento da moral cristã na população brasileira, principalmente em São Paulo, já que no Rio de Janeiro o trabalho estava sendo feito e gerando frutos. Para isso, a implementação de um sindicalismo católico era essencial para a resolução da questão social, situação que frustrará a Igreja Católica com o governo de Vargas, afinal o sindicalismo controlado pelo Estado não corresponde a mesma ideia cunhada pela Igreja Católica.

Fontes primárias

- 1936: ANO de luta, *O Legionário*, São Paulo, 1936, n° 188
- A AÇÃO católica, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 51
- A AÇÃO católica e as associações religiosas, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 57
- A AÇÃO católica entre os operários de São Paulo, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 151
- A AÇÃO católica feminina, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 155
- AÇÃO social católica, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 86, 87 e 88
- A ENCÍCLICA *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – parte 1, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 72
- A ENCÍCLICA *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – parte 2, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 73
- A ENCÍCLICA *Rerum Novarum* sobre a condição do operariado – parte 3, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 74
- A IGREJA e o estado na constituição, *O Legionário*, São Paulo, 1937, n° 271
- AS JUSTAS reivindicações da consciência nacional – a instrução religiosa nas escolas oficiais, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 70
- A JUVENTUDE na ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1935, n° 176
- ALIANÇA nacional libertadora, *O Legionário*, São Paulo, 1935, n° 172
- A REALEZA de cristo redentor no pensamento contemporâneo, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 68
- AS REIVINDICAÇÕES católicas no momento político nacional, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 75
- AS CONGREGAÇÕES marianas – o seu valor atual, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 80
- A SEMANA da ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 136
- AU DESSUS de la melée, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 144
- CHRISTUS, vincit, regnant et imperant - inaugura-se hoje, numa alvorada fervorosa de fé católica do brasil, o monumento a cristo redentor, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 88
- COMENTANDO..., *O Legionário*, São Paulo, 1935, n° 171
- COMO sempre, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 132
- CONFERÊNCIA sobre ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 85
- DIRETRIZES para a futura constituição, *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 109
- ESTÁ com a palavra o senhor chefe da nação, *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 92

- EUCARISTIA e ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 71
- GRANDES vultos na igreja no século XIX, *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 94
- IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); PAPA Leão XIII. *Rerum Novarum: Carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891]
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI). PAPA PIO XI. *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a Lei Evangélica*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em 23/10/2020.
- INAUGURA-SE a semana da ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 136
- LIGA eleitoral católica, *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 69
- LLL, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 83
- MEIOS da ação católica, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 131
- MENSAGEM, *O Legionário*, São Paulo, 1935, n° 171
- O DECRETO do governo provisório - facultando o ensino religioso nas escolas públicas, colocando o Brasil ao lado das nações verdadeiramente livres, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 77
- O ENSINO religioso e a liberdade de consciência, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 79
- O ENSINO RELIGIOSO, o sentimento nacional e a escola, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 79
- O ENSINO RELIGIOSO na cristianização do Brasil, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 74
- O INTERVENTOR perante a lei, *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 92
- O MANÁ que o São Paulo espera..., *O Legionário*, São Paulo, 1932, n° 94
- OS NOVOS deveres dos eleitores católicos, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 111
- O PLANO nacional de educação, *O Legionário*, São Paulo, 1936, n° 215
- OS PRIMEIROS frutos, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 126
- O PROBLEMA do ensino no Brasil, *O Legionário*, São Paulo, 1936, n° 190
- O QUE faz a ação católica pelos operários, *O Legionário*, São Paulo, 1936, n° 202
- ORGANIZAÇÃO do estado novo, *O Legionário*, São Paulo, 1937, n° 271
- ORGANIZA-SE a Ação Católica no Brasil, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 150
- O SINDICALISMO católico, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 155
- OS CATÓLICOS e a sucessão presidencial, *O Legionário*, São Paulo, 1937, n° 251

- OS SOCIALISTAS e Leão XIII, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 117
- OS TERMOS do decreto – a magistral exposição de motivos que acompanha – as manifestações de regozijo da população brasileira, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 77
- O TRIUNFO de cristo rei nas escolas, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 77
- PELA pluralidade sindical, *O Legionário*, São Paulo, 1937, n°239
- POLÍTICA E AÇÃO CATÓLICA, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 121
- POSIÇÃO do *Legionário* em face da política brasileira, *O Legionário*, São Paulo, 1937, n° 265
- PRECISÕES sobre corporativismo, integralismo, trabalho... etc., *O Legionário*, São Paulo, 1934, n° 145
- PRECURSOR e exemplo, *O Legionário*, São Paulo, 1931, n° 72,
- PRIMEIRO congresso eucarístico nacional, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 128
- PRINCÍPIOS da Ação Católica, *O Legionário*, São Paulo, 1933, n° 122
- PROGRESSOS, *O Legionário*, São Paulo, 1935, n° 163
- SINDICATOS operários, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 70
- SINDICATO único?, *O Legionário*, São Paulo, 1934, n°148
- UMA ENTREVISTA com o senhor Tristão de Athayde – Centro Dom Vital: a grande obra de Jackson de Figueiredo, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 63
- VITALIDADE da Ação Católica, *O Legionário*, São Paulo, 1930, n° 62

Referências bibliográficas

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

ARAUJO, Angela Maria Carneiro. *Construindo o consentimento: Corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. Tese de doutorado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930*. Síntese – v. 5, número 12, Rio de Janeiro, 1978.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Estado, classe trabalhadora e os políticos sociais*
In *O Brasil Republicano: O tempo do nacional – estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

GOMES, Angela de Castro, *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2005.

_____. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. in PANDOLFI, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. p. 55, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HENZE, Hans Herbert M. *O Centro D. Vital: Igreja sociedade civil e sociedade política no Brasil (1930 – 1945)*. Tese de Mestrado em História Social, Universidade Federal Fluminense, 1995.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: FERREIRA, Jorge (Org.); DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.), *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2002.

VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*, in *O Brasil Republicano 2: o tempo do nacional-estatismo*, org. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Jéssica Thaís de Oliveira Bassoli****Data da defesa: 11/04/2023****Nome do Prof. (a) orientador (a): Francisco Carlos Palomanes Martinho**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 07/06/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))